

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**AMANDA COUTO DIAS**

**Programa Mais Educa São Léo: instrumento de inclusão social e  
educação integral**

**São Leopoldo/RS  
2024**

AMANDA COUTO DIAS

**Programa Mais Educa São Léo: instrumento de inclusão social e  
educação integral**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da Universidade do Vale do  
Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marília Veríssimo Veronese

Coorientador: Sandoval Alves Rocha

São Leopoldo/RS

2024

D541p Dias, Amanda Couto.  
Programa Mais Educa São Léo : instrumento de inclusão social e educação integral / Amanda Couto Dias. – 2024.  
95 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

“Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marília Veríssimo Veronese  
Coorientador: Prof. Dr. Sandoval Alves Rocha”.

1. Educação. 2. Política pública. 3. Programa Mais Educa São Léo. 4. Integração social. 5. Educação integral. I. Título.

CDU 376.043

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

AMANDA COUTO DIAS

**Programa Mais Educa São Léo: instrumento de inclusão social e  
educação integral**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da Universidade do Vale do  
Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 12/04/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Marília Veríssimo Veronese – UNISINOS

---

Juliane Sant'Anna Bento - UFRGS

---

Rodrigo Manoel Dias da Silva - UNISINOS

---

## RESUMO

A presente dissertação investiga um Programa de Governo intitulado Mais Educa São Léo (PME). Esta Política Pública local, lançada em 2019, inclui socialmente alunos e alunas da escola pública, ampliando seu tempo de permanência na escola, numa proposta de Educação Integral. Diante disso, objetivou-se caracterizar e analisar as estratégias e mecanismos de acesso e manutenção dos estudantes em situação de vulnerabilidade social na Escola. Metodologicamente, procedemos através de estratégia qualitativa, com uso das técnicas de observações e entrevistas, em uma das escolas que sedia o Programa. Os resultados demonstram que, embora haja limites na execução, como a precarização do vínculo de trabalho das equipes, atrasos salariais e outros, as crianças e jovens atendidos necessitam desse acolhimento na escola e têm respondido positivamente aos objetivos do Programa. Além disso, a rede ampliará o número de escolas atendidas em 2024, e o plano é que todas as escolas de ensino fundamental do município passem a oferecer a jornada integral para os alunos(as) que se inserem nos critérios do Mais Educa São Léo.

**Palavras-chaves:** Educação, Política Pública, Programa Mais Educa São Léo, Inclusão Social, Educação Integral.

## **ABSTRACT**

This dissertation investigates a Government Program entitled Mais Educa São Léo (PME). This local Public Policy, launched in 2019, socially includes public school students, extending their time at school, in a proposal for Integral Education. Given this, the objective was to characterize and analyze the strategies and mechanisms for accessing and maintaining at School students in situations of social vulnerability. Methodologically, we proceeded through a qualitative strategy, using observation and interview techniques, in one of the schools that hosts the Program. The results demonstrate that, although there are limits in the implementation, children and youth served by the policy need this reception at school and have responded positively to the Program's objectives. In addition, the network will increase the number of schools served in 2024, and the plan is for all elementary schools in the municipality to begin offering full-time education to students eligible for the Mais Educa São Léo's criteria.

**Keywords:** Education, Public Policy, Mais Educa São Léo Program, Social Inclusion, Integral Education.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Programas em execução nas escolas municipais de São Leopoldo – RS.....28

Figura 2 - Campos temáticos de oficinas do Programa Mais Educa São Léo...30

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil das crianças atendidas no Programa na escola analisada.....53

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Oficinas.....	54
--------------------------	----

**LISTA DE SIGLAS**

CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
PME	Programa Mais Educa São Léo
SMED	Secretaria Municipal de Educação

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	5
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	7
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	8
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	9
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	10
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA</b> .....	13
<b>3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ASPECTOS TEÓRICOS</b> .....	18
3.1 Autonomia e Discricionariiedade na Execução de Políticas Públicas .....	18
3.2 Inclusão Social: um olhar inicial .....	22
3.3 Educação Integral e em Tempo Integral para a Inclusão Social .....	26
3.4 Contextualizando o Papel Social da Escola e as Políticas Públicas .....	33
<b>4 PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	41
<b>5 OBJETIVOS</b> .....	45
6.1 Objetivos específicos .....	45
<b>6 METODOLOGIA</b> .....	45
6.1. Fase Exploratória: pesquisa documental e bibliográfica .....	46
6.2. Pesquisa de campo .....	47
<b>7 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	52
7.1 O Programa Mais Educa: entre atores sociais e escola .....	52
7.1.1 No contexto escolar .....	53
7.2 Dialogando com os Atores Sociais: Gestor, Articuladora e Oficineira .....	60
7.3 Reflexões acerca da experiência em campo em uma escola que recebe o Programa Mais Educa São Léo .....	68
<b>8. CONCLUSÃO</b> .....	73
<b>10. REFERÊNCIAS</b> .....	76
<b>10 ANEXOS</b> .....	79
<b>11 APÊNDICES</b> .....	86

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de dissertação tem como objetivo compreender e analisar como se dá o processo de implementação e inclusão de crianças e jovens no Programa Mais Educa São Léo. Diante disso, realizou-se uma etapa inicial de busca bibliográfica, perpassando temas como inclusão social, educação integral e em tempo integral e discricionariedade.

Quando falamos em Programas de governo, automaticamente nos referimos aos agentes administrativos que compõem a gestão desses Programas, sendo eles que selecionam os participantes que serão beneficiados. Justamente por isso, revelou-se importante dialogar com o tema autonomia e discricionariedade, para assim poder compreender como funciona na prática a escolha das crianças e jovens que são acolhidos no Mais Educa São Léo.

Além disso, o PME busca ofertar uma educação integral e em tempo integral, ampliando a jornada para um perfil específico de crianças na escola, que se caracteriza por: serem de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, aluno(a) em distorção idade/ano, aluno(a) com dificuldades na aprendizagem e aluno(a) em situação de vulnerabilidade social.

Esse atendimento direcionado a um determinado perfil de aluno(a) caracteriza essa Política Pública como uma Política de inclusão social. Ela foi lançada em 2019 e teve reformulações com o passar dos anos. Inicialmente atendeu 13 escolas da rede municipal, sendo ampliada, em 2024, para todas as EMEFs do município, totalizando 36 escolas com o Mais Educa São Léo ativo.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA

Este trabalho começou muito antes desta escrita. Ao imergir no mundo das Ciências Sociais, com olhar pedagógico, muito se aprende e se é desafiada a refletir sobre o mundo, a história, a filosofia, a sociologia, a política. A partir das contribuições dessas áreas, foi possível iniciar uma reflexão mais crítica e profunda da influência das políticas públicas para a Educação e Inclusão Social.

A Política nos perpassa cotidianamente, influenciando em cada escolha e ação. Pensar nisso em alguns momentos, faz-nos refletir na responsabilidade que é viver em sociedade. Dentre tantos pensamentos durante a passagem pela vida acadêmica, a reflexão acerca dos impactos das políticas públicas na área da Educação foram as mais intensas.

Aliás, como pedagoga, conquistar o título e estudar constantemente para exercer de forma séria e com qualidade a profissão, era um desafio e tanto em termos de atuação social. O fato de lidar, ensinar, motivar e apoiar pessoas é mais uma ação séria e que envolve muita responsabilidade (e medo algumas vezes). Quando se embarca numa viagem acadêmica, inicia-se um curso, seja qual for o nível, esperamos muito de nós mesmos. Hoje espero muito do que posso me tornar como educadora, sinto uma constante transformação acontecendo e esta parte do processo é gratificante.

A vontade de estudar sobre as questões sociais e políticas que percorrem as escolas veio a partir das minhas horas práticas realizadas no curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e da minha participação como bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), promovido pelo governo federal. Durante o processo de formação docente senti por vezes passar de forma muito sutil esse papel tão importante das escolas. O papel de incluir a diversidade que está presente nas turmas, em cada educando(a), em cada projeto, em cada política, em cada metodologia e em cada professor.

Através das experiências vivenciadas e proporcionadas pelo curso de formação de professores da Unisinos, percebi o quão importante é a existência de políticas sociais que amparem a escola e os atores sociais, para que haja qualidade na execução da sua função social. A desigualdade social, principalmente a pobreza, passa de forma velada em algumas ocasiões dentro da escola, naturalizando ações comuns. Como, por exemplo, quando um professor troca um estudante de lugar, indicando que se sente longe da sua mesa, devido ao mau cheiro do aluno. Ações como esta, já presenciadas no ambiente escolar, são comuns, apesar de excludentes e inadequadas. A rotina escolar e a postura dos educadores nas escolas são muito distintas, lá permeiam diversas visões, formações e valores. Segundo Lavinias (2002), p. 52: “enfrentar a pobreza supõe estabelecer coordenadas e prioridades nacionais, que podem ser fortalecidas e consolidadas pelas gestões locais”. Neste caso, para que as políticas públicas de educação inclusiva e de resgate ao aluno(a) possam agir, no sentido de acolher e reparar as desigualdades que vivemos no país, é necessário conhecer quem as coloca em prática e como estas têm tido espaço para acontecer no âmbito escolar.

Partindo desse interesse de pesquisa, passei a buscar quais políticas públicas ativas no município eram voltadas para o resgate e a inclusão de alunos(as). Dentre elas encontrei o Programa Mais Educa São Léo, um Programa municipal de educação integral que foi inspirado no Programa Mais Educação (PME) do Governo Federal, inaugurado pelo Ministério da Educação, no ano de 2007, durante o governo Lula.

O Mais Educação surgiu para promover uma educação integral a um perfil de crianças e jovens que apresenta baixa renda, distorção idade/série, entre outras problemáticas advindas da exclusão social e pobreza. Tendo em vista este cenário, em 2008 ocorreu o lançamento do Programa no país, em que 1.380<sup>1</sup> escolas recebem investimento para atender esses estudantes. Já em 2011, 14.995 escolas participavam do Programa. Em 2019, no Governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Programa foi encerrado.

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis em Saiba Mais - Programa Mais Educação - Ministério da Educação (mec.gov.br).

Já o Mais Educa São Léo surgiu em 2019, após o corte do Programa Mais Educação do Governo Federal, para suprir a falta que este fez. Iniciou atendendo 13 escolas de ensino fundamental da rede municipal de São Leopoldo, no Governo do atual Prefeito Ary José Vanazzi.

O Programa Mais Educa São Léo foi inspirado no Programa Mais Educação (PME), criado durante o governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-Ministro da Educação Fernando Haddad, em 2007. O Decreto nº 7.083, de janeiro de 2010, art. 1º informa:

“O programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.(...) § 2º A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades.” (BRASIL, Dec. 7.083/2010)

Para refletirmos sobre o Programa Mais Educação, é importante lembrar que o Governo Lula se propunha a realizar como compromisso na área da educação. Segundo as autoras Camila A. Pio e Eliane C da Silva Czernisz (2015):

“Para compreender a proposta de educação no Governo Lula, também é relevante analisá-la no Programa de Governo do seu segundo mandato (2007/2010). O Programa de Governo (BRASIL, 2007, p. 5), logo no início, apresenta a mensagem: “O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade”. Isso evidencia que a discussão sobre uma educação de qualidade constitui-se um dos temas centrais do Governo Lula, associada ao desenvolvimento econômico e à distribuição de renda.” (Pio e Czernisz, 2015 p. 244-246)

As autoras ainda nos lembram que o Programa Mais Educação, enquanto proposta de fomento à educação integral, embora tenha sido lançado só em 2007, já estava previsto no art. 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996. Lá constava a necessidade e a possibilidade de ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas de forma gradual, o que corroborou com o que foi previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010 e na Lei 13.005/2014, que aprovou o novo plano educacional brasileiro para os anos de 2012/2024.

Em 2016, no Governo Michel Temer, assumido após o golpe parlamentar que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, a primeira versão do Programa Mais Educação se encerra, após durar nove anos. O encerramento ocorre mesmo sendo um Programa reconhecido através de pesquisas acadêmicas e com forte potencial de alcance na rede de educação pública.

Ainda em 2016, durante o Governo do Ex-Presidente da República Michel Temer, surge uma nova versão do Programa, nomeado Novo Mais Educação. Sua proposta era melhorar o desempenho dos estudantes do ensino fundamental de escolas públicas e privadas sem fins lucrativos em língua portuguesa e matemática. Registra-se que tal plano educacional durou até início do ano de 2020 vindo a ser encerrado durante o Governo Bolsonaro.

O Mais Educa São Léo se torna relevante socialmente por permitir que as crianças que se inserem nos critérios de seleção encontrem-se em um ambiente de cuidado e educação no contraturno escolar, caracterizando um ensino integral. Entendendo que estes educandos e suas famílias, indiretamente, precisam de maior apoio e suporte da escola, pelos desafios múltiplos que enfrentam. As crianças e jovens que participam do Programa encontram-se, na sua maioria, em situação de vulnerabilidade social. Através da oportunidade de inclusão social que acontece no Mais Educa, nas oficinas temáticas, no reforço escolar e nos esportes a escola passa a oferecer uma educação em tempo integral e um ambiente acolhedor e seguro para os estudantes.

Esta pesquisa nos permitiu conhecer como é realizada a administração do Mais Educa São Léo pelos atores sociais envolvidos e como ocorre a inclusão social dos estudantes no Programa. Tendo em vista que, quando falamos em vulnerabilidade social, falamos de crianças e jovens em más condições como, por exemplo, de higiene e limpeza, em insegurança alimentar, violência doméstica, entre outras que as famílias enfrentam fora da escola. É relevante identificar como os administradores desse Programa olham para isso na rotina escolar e na inclusão desses estudantes.

Como educadora, tive grande entusiasmo em fazer esta pesquisa e contribuir para os estudos sobre o Programa direcionado à educação e à

inclusão social, sobretudo no Município de São Leopoldo, onde realizei estágios na rede Municipal e atuei como educadora da rede privada. Em períodos de estágios, presenciei acontecimentos diversos que revelavam a vulnerabilidade social dos alunos, como por exemplo, crianças que comiam apenas a refeição ofertada na escola, crianças que não tinham acesso à água potável ou luz elétrica em casa, casos de abuso sexual que ocorreram certas vezes dentro de casa, entre outros. Estes períodos de experiência permitiram observar situações de exclusão social que instigaram para refletir sobre este tema. Além disso, a decisão de estudar este Programa se fez conveniente devido à escassez de pesquisas que o abordam, o que ficou claro na revisão bibliográfica.

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ASPECTOS TEÓRICOS

Nesta seção do texto, busca-se compreender melhor os conceitos de discricionariedade, autonomia, inclusão social, educação integral e em tempo integral, no contexto da educação básica pública. Exploramos também como isso potencializa a redução das desigualdades sociais e a inclusão de direitos entre grupos sociais vulnerabilizados. Estas categorias se revelaram interconectadas e influenciam a gestão pública dos programas de governo, evidenciando o papel dos atores sociais que articulam as Políticas.

A autonomia e discricionariedade, pensada neste contexto de pesquisa, podem ser entendidas como o poder de ação dos atores sociais representados pelos Monitores Articuladores, responsáveis por gerenciar o Programa Mais Educa São Léo nas escolas de ensino fundamental da rede Municipal. Será apresentado adiante o impacto da autonomia desses atores, na execução das políticas públicas. Abordamos também a inclusão e exclusão social como conceitos interconectados e presentes no contexto escolar, que ajudaram a compreender a complexidade de pensar políticas públicas para inclusão. E por fim, traremos um breve panorama histórico da educação integral e em tempo integral.

#### 3.1 Autonomia e Discricionariedade na Execução de Políticas Públicas

Os estudos sobre discricionariedade e autonomia são recentes na pesquisa científica, mas de extrema relevância para entendermos a ação daqueles atores sociais que fazem a lei acontecer na prática.

Acerca da discricionariedade Gabriela Lotta e Santiago (2017, p. 02), conceituam que: “o conceito de discricionariedade e de autonomia do burocrata ganha centralidade [...]”, afirmam que o burocrata tenha “discricionariedade e a exerça ao desempenhar seu papel”. Mas o que é discricionariedade? Ainda segundo as autoras Lotta e Santiago (2017):

“[...] há quatro diferentes campos e interpretações a respeito do conceito de discricionariedade. O primeiro campo, o jurídico, considera a ideia de discricionariedade baseada na dimensão legal e de autoridade delegada. [...] O segundo campo apontado pelo autor é o econômico, em que a discussão sobre discricionariedade está relacionada ao modelo de agente-principal. [...] O terceiro campo é o sociológico, no qual se analisa a discricionariedade considerando que os indivíduos são relativamente autônomos. [...] último campo é o político, em que as decisões discricionárias são tomadas em nome de um bem comum, de valores públicos e accountability.” (Lotta; Santiago, 2017, p. 04),

O campo que se atenta primeiramente é o sociológico, pois é nesta área que o agente que executa a ação, seja ela qual for. É onde tem liberdade de julgar, conforme suas concepções ideológicas. Já no campo político, a discricionariedade aparece como movimento que busca alinhar a sociedade e seus princípios. Desta maneira, entende-se que a discricionariedade, o ser discricionário em ação e sua visão para que defina o cenário resulta em algo variável, distante de uma definição pontual. Entende-se a partir dos estudos de Lotta e Santiago (2017) que:

“Os estudos que buscam compreender a discricionariedade como “variável independente” investigam a liberdade de ação que permite a ação discricionária (como potencial de interpretações distintas da regra), enquanto as análises sobre discricionariedade como “variável dependente” investigam a atuação do burocrata, ou seja, a forma como o ator toma decisões arbitrárias (Ibid.). Nesse sentido, entende-se que as regras possibilitam a existência da discricionariedade, mas a compreensão de seu exercício depende de uma análise da ação dos burocratas.” (Lotta; Santiago, 2017, p. 04)

Percebe-se que o ser discricional leva em consideração o que o detentor da ação pensa, acredita e compreende sobre mundo, sociedade, política e demais aspectos do seu entorno. No final, a discricionariedade também está inerentemente atrelada à concepção do agente a respeito da Política Pública em questão. Como aponta Sanddy (2015) a discricionariedade é a margem de liberdade para eleger entre atuar ou não e definir a conduta mais perspicaz diante possíveis circunstâncias.

No tocante à autonomia, muito assemelha-se à discricionariedade e está presente na ação discricional, mas os estudos de Lotta e Santiago (2017), p.02 indicam que: “a base para esta análise recai sobre a observação de qual o grau de autonomia dos burocratas, e como eles a utilizam”. Assim, autonomia está conectada com juízos individuais, como referido acima. Em contrapartida, a discricionariedade lidera a ação dos indivíduos e a autonomia trata da capacidade de ação destes.

Lotta e Santiago (2017) também apresentam este tema de maneira reflexiva, podendo relacionar o poder do burocrata em sua atuação, inclusive em políticas públicas na área da educação. Como por exemplo o Programa de Inclusão Social Mais Educa São Léo, no qual observamos que a tomada de decisão do burocrata da ponta definirá a participação ou não do estudante no Programa. Compreendemos em Evetts (2002), apud Lotta e Santiago (2017, p. 11):

Evetts (2002) argumenta que os trabalhadores profissionais são muitas vezes caracterizados por terem autonomia tanto a respeito de julgamento e tomada de decisão profissionais, quanto pela imunidade de regulação e de avaliação por outrem. Como a tomada de decisão é associada a conhecimentos e habilidades complexos e requer um nível de julgamento caso a caso, a questão da autonomia estaria conectada à questão da expertise em si.

A autonomia de poder decidir deve ser exercida de forma discricional, pois uma se orienta do propósito da outra. Como juiz da situação, o agente precisa buscar informações que lhe permitam reconhecer todo o processo antes de agir diante de seu julgamento. Assim, “[...]conforme essa visão, discricionariedade e autonomia estariam relacionadas ao escopo da educação do burocrata, à forma como a substância de seu trabalho é determinada, à forma em que a liberdade e a flexibilidade de seu trabalho são determinadas”. (Lotta; Santiago, 2017, p. 12)

Antes da autonomia ser pensada como um ato discricional diante de decisões políticas, Batey e Lewis (1982, p. 12-15) indicavam que autonomia é “a liberdade para tomar decisões discricionárias e vinculativas consistentes com seu escopo da ação e a liberdade de atuar com base nessas decisões”. Hoje compreende-se a autonomia como uma ação livre, mas por trás encontra-se uma

estrutura organizacional e um indivíduo profissional (Lotta; Santiago, 2017), não somente operando a opinião do agente, mas também o que envolve a decisão e o trabalho organizacional em que este se insere.

Pode-se pensar a discricionariedade a partir de Baruffi (2011) apud Silva e Mattiello (2017):

“Segundo Baruffi (2011, p. 153), para que seja efetivada como um direito fundamental social, a educação necessita não apenas de oferta pelos poderes constituídos, mas, também, de ações necessárias para que o direito atenda às suas finalidades previstas constitucionalmente.” (Silva; Mattiello, 2017, p. 114)

Assim o Poder Público destina os recursos, mas aqueles que executam as políticas sociais são agentes públicos<sup>2</sup>, e é no momento da tomada de decisão que se tem a autonomia para agir. Ainda de acordo com Silva e Mattiello, (2017),

“É fundamental conhecer o papel de tais agentes no contexto da implantação de políticas públicas, a partir da análise do texto constitucional e da legislação correlata aplicável, por meio da regulamentação pelo Poder Executivo, no âmbito dos entes federados, tomando-se por referência a necessidade de identificação dos fatores determinantes da atuação dos agentes públicos (políticos, administrativos e colaboradores), cada um, a seu turno, exercendo maior ou menor nível decisório ou de assessoramento, direto e indireto, como propulsores de uma imensa engrenagem que é a atividade administrativa.” (Silva e Mattiello, 2017, p. 15)

Percebe-se que é imprescindível que haja acompanhamento, instrução e monitoramento desses agentes públicos para que trabalhem em busca de uma justa e efetiva garantia de direitos e inclusão, haja vista que o Estado não pode se abster da responsabilidade como órgão fiscalizador da aplicação das políticas públicas.

Por fim, compreende-se que, embora a discricionariedade e a autonomia caminhem juntas e esteja relacionado o que envolve cada uma delas, se definem de maneiras diferentes. A discricionariedade rege o indivíduo que toma as decisões influenciado por fatores impessoais, incluindo variações de comportamento e interpretação, em que os agentes precisam ser fiscalizados

---

<sup>2</sup> Os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles capazes de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública; em meio a esses, figuram os atores governamentais, patamar em que se situam os agentes públicos. (SILVA; MATTIELLO, 2017, p. 116)

para que desempenhem seu papel de forma inclusiva. E a autonomia acontece quando a ação livre do agente varia de acordo com suas capacidades e reconhecimentos (Lotta; Santiago, 2017). Sobretudo, como aponta Sanddy (2015) entendendo a discricionariedade como expressão da vontade de todos, o poder como a capacidade de transformar vontades em ações é um elemento inerente à discricionariedade. Mas também se compreende que quem executa o poder tem a vocação de buscar servir de forma legítima, leal e justa ao interesse público. Assim, conclui-se que a discricionariedade e a autonomia são a manifestação do poder dos agentes na implementação das políticas.

### 3.2 Inclusão Social: um olhar inicial

Para pensar a inclusão dos alunos no Programa Mais Educa São Léo (2019), é importante refletir sobre inclusão social. Na linha de problematização que se trata aqui, discorre-se sobre a inclusão de famílias empobrecidas. Neste caso, as crianças das famílias atendidas no Programa. A questão das desigualdades relacionadas à pobreza e à exclusão social é uma das problemáticas crônicas enfrentadas no Brasil. Lavinias (2002), p. 29, nos ajuda a conceituar pobreza a partir de seus estudos, onde cita “na acepção mais imediata e generalizada, pobreza significa falta de renda ou pouca renda. Uma definição mais criteriosa vai definir pobreza como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana.” Ademais, o tema da pobreza é algo que perpassa pela história mundial. Estudiosos sobre tema conceituam a exclusão a partir de uma pesquisa realizada em Portugal. Para Rodrigues *et.al.* (2017):

“A exclusão surge com a agudização das desigualdades [...] resultando numa dialética de oposição entre aqueles que efetivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que, por falta desses mesmos recursos (recursos que ultrapassam a esfera econômica, englobando ainda aqueles que derivam dos capitais cultural e social dos atores sociais), se encontram incapacitados para o fazer.” (Rodrigues *et.al.*, 2017, p. 64)

A pobreza está presente e é uma das mais visíveis exclusões sociais, indo além da falta de recursos financeiros, como Rodrigues *et. al.* (2017, p. 69) explicam:

“O conceito de exclusão social enquadra algumas das dimensões retratadas na evolução do conceito de pobreza. Concebe-se a pobreza como um dos fenômenos integrantes da exclusão social, sendo aquela

mais uma forma do que um resultado desta última, uma vez que a exclusão abrange formas de privação não-material, ultrapassando a falta de recursos econômicos. A ausência ou insuficiência de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos é enquadrada teoricamente pelo conceito de exclusão social.” (Rodrigues *et.al.*, 2017, p. 69)

Para compreender melhor, se entende a partir desta síntese que a pobreza precisa do apoio do Estado e governos para ser contida, afinal é preciso investimento, plano e ação a longo prazo. Lavinias (2002, p. 52), conclui que “não há como lutar contra a pobreza sem uma estratégia nacional. Importante lembrar também que são famílias, cujas crianças e todos os que necessitam de apoio sobrevivem em risco (...) vencer a pobreza é libertar cada indivíduo de privações que podem ameaçar sua existência.” Por isso Lavinias (2002, p. 33) afirma que

“(…) dar assistência ao pobre ou combater a pobreza aparece como um fator de equilíbrio e de coesão social, que atua em prol da comunidade como um todo [...] a assistência é entendida como um mecanismo de proteção da sociedade em benefício próprio.” Lavinias, 2002, p. 33)

Torna-se um bem para todos os indivíduos, em que aqueles que precisam de políticas de inclusão poderão satisfazer suas necessidades e prosperar para que junto do todo núcleo social haja espaço para que as cidades progridam positivamente também. As sociedades são formadas por diferentes classes sociais e nestas cada qual tem acesso a oportunidades também muito distintas. A exclusão surge quando uma parte da sociedade tem mais recursos e melhor acesso em comparação à outra. Portanto, uma parcela menos favorecida passa a não conseguir participar dos benefícios sociais, ainda que democratizados como, por exemplo, a escola pública que garante o acesso gratuito. E ter o acesso somente não basta, pois o(a) estudante precisa deslocar-se, vestir-se, ter material escolar, entre outros fatores, como elucida Lavinias (2002, p. 30): “as necessidades humanas aparecem limitadas às necessidades da sobrevivência física - comer, vestir-se - desconsiderando o social (...) um padrão de vida aquém do que é exigido para assegurar a mera subsistência ou sobrevivência.”

Assim, podemos concordar com Rodrigues *et. al.* (2017, p. 64) quando afirma que “a exclusão se configura como um fenômeno multidimensional, como um fenômeno social ou um conjunto de fenômenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído.” Neste caso, a exclusão social torna-se ainda mais

complexa, gerando marginalização, desemprego etc., impactando diretamente nas famílias, como aclara Rodrigues et. at. (2017, p. 65-66):

Um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade [...] torna-se um excluído das relações sociais e do mundo [...] a exclusão social evoca uma fratura nos laços entre o indivíduo e a sociedade.

Esta exclusão gera impacto em toda a sociedade, não somente nos indivíduos atingidos, e é importante lembrar que isto começa na infância, na formação da criança que, quando inserida nesta realidade de exclusão social, apresentará inúmeros sentimentos sobre si e sobre o mundo. Logo, incluir ou excluir é uma ação que tem sido assumida por instituições e governos ao longo dos anos, é um desafio presente nas escolas públicas e, principalmente, nas escolas de ensino fundamental onde nos deparamos com a formação dos primeiros anos de vida do indivíduo. A exclusão tem inúmeros impactos negativos sociais e pessoais, podem ocorrer cedo ou mais tarde na vida da criança. Podemos refletir sobre estes impactos quando Rodrigues et. al (2017, p. 68), cita alguns problemas vindos da exclusão: “O espaço suburbano é afetado por problemas sociais emergentes que, pela sua proximidade ao meio urbano, apresenta contornos semelhantes às problemáticas vivenciadas neste, tais como o consumo e tráfico de droga, a prostituição, a delinquência, etc.” É importante frisar que, atualmente, duas décadas após a pesquisa de Rodrigues et. al., temos ainda mais evidenciados estes problemas, não só nas zonas urbanas, mas também rurais, e mais, cada vez mais cedo crianças e jovens imersos neste tipo de situação.

A partir da pesquisa citada acima, é possível refletir também sobre o papel do Estado em promover políticas públicas que atendam a estas insuficiências e carências ocasionadas pela desigualdade e exclusão. Aqueles que são vítimas desta realidade são vistos e precisam ser lembrados e atendidos. Sabemos que movimentos vêm sendo feitos em prol da inclusão social, que se define como garantia de direitos e oportunidades para buscar a igualdade entre as pessoas. Nas últimas décadas, este tema tem sido tratado por organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Chaves (2018, p. 123), nos atenta para a reflexão do papel do Estado neste aspecto “os compromissos de cada Estado/Governo com sua própria nação e as obrigações legais internacionais demandam que estes atuem na criação de condições

econômicas, políticas, sociais, culturais e legais que permitam apoiar, de maneira efetiva, contínua e eficaz, as competências e as capacidades individuais e/ou coletivas”. Assim, é possível compreender que o Estado é responsável por atuar em busca de soluções para os problemas que geram a exclusão social e trabalhar para garantir os direitos de todos os cidadãos.

Incluir é um papel de todos nós, mas é necessário que o governo esteja à frente buscando alternativas, elaborando programas e políticas, direcionando recursos, entre outros, além de fiscalizar e cobrar que sejam cumpridos os acordos a fim de estabelecer o trabalho ativo e em conjunto com os Estados e municípios. Como confirmam estudos de Chaves (2018, p. 123),

“Para o exercício dos princípios elencados a partir de boas práticas, faz-se necessário estabelecer ambiente político e público que favoreça, valorize e incentive a contribuição da sociedade civil, a constituição de mecanismos e ferramentas de controle social e participação cidadã.” Chaves, 2018, p. 123)

Contudo, registre-se que este papel não é somente do Estado, mas de cada um de nós, pois o nosso papel como cidadão é cobrar que haja planejamento e ações de inclusão social, bem como projetos que reforcem a garantia de direitos dos indivíduos. Chaves (2018) reforça que é importante patrocinar a educação para que esta atenda estudantes de todos os cantos e situações sociais.

O conhecimento, o acesso à informação são direitos fundamentais e o instrumento para capacitar as pessoas, ainda em Chaves (2018, p. 125) “Para tal, a criatividade, o pensamento crítico, o letramento e as habilidades digitais são requisitos para alavancar as oportunidades de todos, com informações qualificadas para a produção de conhecimento e o exercício da cidadania.”

Por fim, precisamos compreender que a inclusão social é um direito de atuar com dignidade em meio à sociedade, estar amparado pelos direitos garantidos pelo governo e praticados pelas instituições, pelo coletivo e pessoal. Não há uma receita, são estudos e projetos que precisam continuar existindo, e outros que surgirão para continuar a amparar socialmente aqueles que precisam. São perspectivas a longo prazo, precisam ser lembradas, executadas e cobradas pelos atores sociais. É necessário almejar e trabalhar para minimizar a exclusão e combater sua naturalização. Para tal contamos com cada sujeito, ator social, agente, enfim, com

programas, políticas, investimentos, ações e além que cumpram este papel em busca da igualdade, e claro, órgãos e organizações que façam cumprir as leis.

### 3.3 Educação Integral e em Tempo Integral para a Inclusão Social

A educação integral busca ofertar uma formação mais ampla e abrangente para os estudantes, pensando nestes não só como receptores de informações, mas também como seres reflexivos e cidadãos ativos na sociedade. Conforme afirma Gonçalves (2006) in Vilas Boas e Abbiati, 2020, s/p),

A educação integral trabalha a multidimensionalidade do sujeito, compreendendo o seu aspecto intelectual, físico e emocional. Entende o indivíduo de forma integral e busca desenvolver atividades que abordem a multidimensionalidade que lhe pertence.

Seu objetivo vai além do currículo escolar, ou seja, objetiva também trabalhar com as crianças e jovens outras questões, como o seu desenvolvimento social, emocional, cultural e físico.

Esta ampla formação deve ser trabalhada durante as atividades curriculares, ou numa proposta de contraturno, de forma coesa e inclusiva. Pensando nesses pontos que a educação integral busca promover na escola, podemos refletir sobre como quatro deles ocorrem numa perspectiva educacional. Entendemos que o Desenvolvimento Social e Emocional pode ser trabalhado pelos educadores numa promoção de ambiente acolhedor, seguro, inclusivo e de diálogo aberto, para que assim o grupo de alunos(as) tenha segurança para falar sobre seus sentimentos, bem como se expressar de diferentes formas. Além disso é possível desenvolver atividades que abordem temas como empatia, autoconhecimento, identidade, amizade e comunicação não violenta, por exemplo.

Isto é buscar formas de integrar as emoções nas atividades curriculares regulares, relacionando os conteúdos com situações emocionais relevantes para os estudantes. Isso ajuda a tornar o aprendizado mais significativo e promove a

conexão entre os aspectos cognitivos e emocionais. Segundo Motta e Romani (p. 01, 2019),

A educação socioemocional (ESE) é o processo de adquirir habilidades necessárias para reconhecer e gerenciar emoções, desenvolver cuidado e preocupação com outros, estabelecer relações positivas, tomar decisões responsáveis e manejar situações desafiadoras de forma eficaz.

É importante ressaltar que o desenvolvimento emocional é um processo contínuo e que requer uma abordagem sistêmica, envolvendo diferentes atores e aspectos da comunidade escolar.

Já na área de Cultura é relevante promover atividades que trabalhem o reconhecimento, respeito e valorização de diferentes culturas, através de exposições de expressões artísticas diversas, como estilos musicais, tradições regionais, linguagens, dança, culinária, teatro, pintura, artesanato etc. Assim, incluir no currículo escolar a diversidade cultural existente no Brasil e no mundo. Para além disso, investir em propostas que apresentem as festas e celebrações culturais existentes, parcerias com a comunidade, incentivo a pesquisa e a reflexão.

O Desenvolvimento Físico geralmente aposta em atividades que aproximam os estudantes do esporte, jogos, dança etc. Promovem um encontro e apresentação de boas práticas de saúde e cuidado com o corpo voltado à conscientização do autocuidado e cuidado do outro, além de desenvolvimento de habilidades motoras.

Todas as questões mencionadas acima facilitam o desenvolvimento de um cidadão crítico e reflexivo, que passará a problematizar o que conhece e descobre nas suas vivências pessoais e coletivas. É investir, no presente, no futuro das gerações através da proposta de educação e desenvolvimento integral do sujeito.

É importante ressaltar que a abordagem dessas questões na educação integral deve ser adaptada às necessidades e capacidades dos alunos respeitando a diversidade e a individualidade, bem como localização da escola, tendo em vista que cada lugar é composto por uma diferente realidade. Além

disto, é relevante reforçar que, de acordo com Ferreira e Rees (2015) apud Vilas Boas e Abbiati (p. 14, 2020),

A educação integral tem uma função muito além de garantir melhorias na qualidade do ensino; está relacionada à formação completa e humana do sujeito. Para Ferreira e Rees (2015), a escola assume tantas funções que a aprendizagem fica em segundo ou até mesmo terceiro plano. Mais uma vez a visão assistencialista, na qual a escola retira os alunos da rua e oferece alimentação, higiene e saúde é presente no debate do artigo como uma concepção de educação integral.

Embora haja desafios a serem superados para qualificar a educação integral no Brasil, esta segue vista como uma estratégia importante para qualificar a formação dos estudantes, tornando-a mais completa, contribuindo para o desenvolvimento integral e diminuindo a desigualdade educacional que ainda assola nossa realidade enquanto país.

A educação em tempo integral é a ampliação da carga horária escolar obrigatória na educação básica. Ela é marcada pelo discurso da melhoria da aprendizagem e de igualdade de condições educacionais e sociais no país, que voltou a ocupar a pauta dos governos, conforme estudos de Guimarães e Souza (2018).

Em nosso país, “as primeiras experiências de ampliação da jornada escolar datam os anos de 1950. Em 1950 Anísio Teixeira, um dos impulsionadores do Movimento da Escola Nova<sup>3</sup>, inaugurou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, também conhecido como Escola Parque, em Salvador, na Bahia” (Vilas Boas; Abbiati, 2020). Segundo Vilas Boas e Abbiati (p. 03, 2020),

De acordo com a concepção de Anísio Teixeira, a extensão da jornada escolar traria novas oportunidades para a educação pública brasileira, minimizando a evasão escolar e o fracasso da escola pública, conforme registros de Cavaliere (2010). Assim, a experiência desenvolvida em Salvador poderia contribuir para solucionar o

---

<sup>3</sup> O Movimento da Escola Nova ocorreu no Brasil na década de 1930. Este criticava o modelo tradicional de ensino e colocava o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem. O movimento ganhou força a partir da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932 –documento que definia diretrizes para a política de educação. Anísio Teixeira estava entre os 26 escritores deste documento, sendo um dos principais pioneiros da Escola Nova (Cury; Cunha, 2015).

problema da educação no Brasil, pois através do período integral poder-se-ia atender aos objetivos da nova sociedade, movida por interesses econômicos.

A ideia de ampliação da jornada escolar ganhou relevância com o passar dos anos, e embora haja registros de experiências anteriores, este perfil de educação busca instituir nas escolas o ensino em tempo integral de forma laica, gratuita e obrigatória. Este modelo de escola torna-se destaque no país, entre os anos de 2007 à 2018, com a implementação do Programa Mais Educação em 2007, como aborda Zucchetti (p. 01, 2013),

O tema central da obra, a Educação Integral, é apresentado como um esforço para instituir, em nível nacional, “[...] uma escola republicana, laica, obrigatória, gratuita e integral” (Lacerda, 2012, p. 17) que resgate o direito da educação pública de qualidade, para todos, conforme o previsto na Constituição Federal de 1988. Inspirada nos ideais de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire e seus sonhos em implantar escolas de dia inteiro, a Educação Integral se concretiza através do Programa Mais Educação, criado no ano de 2007, desde onde o Ministério da Educação cria estratégias para a ampliação da jornada e do currículo escolar.

Este Programa abriu as portas para que municípios e Estados do país passassem a olhar para a educação em tempo integral como uma promoção positiva da educação, retomando os estudos sobre o tema realizados no passado. A legislação brasileira reconhece a importância da educação em tempo integral na formação dos estudantes de nossas escolas, ela está prevista por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)<sup>4</sup>, e também se encontra no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011 a 2020, que buscara ofertar em até metade das escolas públicas do país (ZUCCHETTI, 2013).

O Programa Mais Educação é fruto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Zucchetti (p. 02, 2013) explica,

Inicialmente, convém melhor situar o que, para Moll (2012, p. 27) funciona como um divisor de águas. Embora a Lei de Diretrizes e

---

<sup>4</sup> Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9.394/1996, o planejamento de políticas públicas de educação em tempo integral vem sendo estimulado em nosso país. Recentemente, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado para o decênio 2014-2024, previu, em sua meta 6, “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica” (BRASIL, 2014), ampliando, ainda mais, o compromisso dos entes federados com a extensão da jornada escolar de crianças e adolescentes do nosso país. (VILAS BOAS; ABBIATI; p. 02, 2020).

Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), prevê a ampliação do período de permanência na escola a critério dos sistemas de ensino, é efetivamente no ano de 2006 através Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e, em 2007, com o Plano de Desenvolvimento da Educação que é criado o Programa Mais Educação, através da Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, regulamentado, posteriormente, pelo Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010, que se criam as condições para uma educação ampliada. Trata-se, segundo Moll, de um esforço na composição de uma agenda para a Educação Integral, à qual se somam ainda o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE/FNDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/FNDE).

O Programa abre um novo ciclo na história da educação brasileira, tendo o foco de ampliar a jornada escolar e mudar a rotina da escola pública, e reconhecendo-a “nos conceitos de ciclos de formação que redimensionam os tempos de aprendizagem e de cidade educadora, território educativo, comunidade de aprendizagem que pautam novas articulações entre os saberes escolares, seus agentes (professores e estudantes) e suas possíveis fontes” (Moll, 2012, p. 133).

Leclerc e Moll (2012), elaboraram estudos sobre o impacto da educação integral e o Programa Mais Educação (2007), a partir da história do Programa no Brasil, onde as autoras defendem que:

“As políticas de Educação Integral e em tempo integral foram invocadas e retomadas, neste momento histórico, com suas condições conjunturais e estruturais, desta primeira década dos anos 2000, graças ao reconhecimento de seu papel como política positiva para enfrentamento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, das desigualdades educacionais. Nesse sentido, o desenho de uma estratégia indutora, de caráter nacional e comprometida com sua exequibilidade conceitual e sustentabilidade em seu financiamento, foi realizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, SECAD<sup>5</sup> e sua implementação fez parte do escopo das tarefas da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania. Tal desenho foi situado na amplitude e na perspectiva da diversidade e da riqueza sociocultural no país, bem como da riqueza em termos de diversidade de projetos educativos escolares e de suas múltiplas conexões com suas comunidades. No bojo desse projeto aberto, um conjunto de ideias e práticas foram mobilizadas em favor

---

<sup>5</sup> O programa da Secretaria Nacional do Cadastro Único - SECAD é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Fonte: Cadastro Único — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome ([www.gov.br](http://www.gov.br))

do desenho da estratégia de Educação Integral.” (Leclerc e Moll, 2012, p. 97-98)

O Programa Mais Educação (2007), além da educação integral também promovia a inclusão de alunos com um determinado perfil e foi considerado uma política pública reparadora de desigualdade social, como afirmam Pio e Czernisz (2015):

“O Programa Mais Educação pode ser entendido como afirmação e sequência da proposta de escola de tempo integral, apresentada neste plano, uma vez que a busca pela qualidade educacional se limita à ampliação do tempo de atendimento aos alunos, estratégia que contribui para a diminuição da desigualdade social.” (Pio e Czernisz 2015, p. 246):

Percebemos que o objetivo do Programa foi buscar qualidade e maior tempo de dedicação às crianças que necessitavam atendimento para a redução da desigualdade. Como o Programa ocorreu em muitas escolas do território nacional, é difícil resumir seus impactos e resultados de modo geral. Pio e Czernisz (2015), relatam sobre a aplicação do Programa em uma escola do Rio de Janeiro:

“Efetivamente, na discussão do Programa Mais Educação, destaca-se Silva (2013), com a tese “Interesses, Dilemas e a Implementação do Programa Mais Educação no município de Maricá (RJ)”, que discute a implementação do referido Programa no município de Maricá, no Rio de Janeiro, e apresenta depoimentos de diretores, professores, voluntários, pais de alunos e alunas, que se mostram favoráveis ao Mais Educação nas escolas, por ser um programa de atividades prazerosas.” (Pio e Czernisz, 2015, p. 249)

Percebe-se que nesta escola foi positivo o resultado da implementação do Programa, fazendo a diferença na vida dos alunos atendidos. Entretanto, no decorrer do texto, o autor relata algumas dificuldades, como a falta de espaço físico da escola para acolher crianças no contraturno. Ainda assim, o Programa promovia ambientes em que as crianças e jovens tinham seus direitos garantidos e desenvolviam-se em sua totalidade.

Em 2023, o atual governo federal retomou a proposta de implementação da educação em tempo integral. A Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023, prevê a escola em tempo integral para toda a educação básica no país. Para isto, o governo federal disponibilizará recursos financeiros e técnicos.<sup>6</sup> O objetivo desse

---

Mais informações no site <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>

Programa intitulado Escola em Tempo Integral é, (Brasil, Ministério da Educação, s/d);

A ampliação do tempo integral igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais tem como finalidade a perspectiva do desenvolvimento e formação integral de bebês, crianças e adolescentes a partir de um currículo intencional e integrado, que amplia e articula diferentes experiências educativas, sociais, culturais e esportivas em espaços dentro e fora da escola com a participação da comunidade escolar. [...] São objetivos do Programa Escola em Tempo Integral: I – fomentar a oferta de matrículas em tempo integral, em observância à meta 6 estabelecida pela Lei 13.005/14 que instituiu o Plano Nacional de Educação; II – elaborar, implantar, monitorar e avaliar Política Nacional de Educação Integral em tempo integral na Educação Básica; III – promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral; IV – melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes; e V – fortalecer a colaboração da União com estados, municípios e o Distrito Federal para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

A escola em tempo integral está prevista na Meta Seis<sup>7</sup> do Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014-2024. E é com o objetivo de alcançar esta meta que o governo federal implementa o Programa Escola em Tempo Integral em 2024.

Entretanto, um dos principais desafios é a infraestrutura das escolas, além da necessidade de formação e capacitação de professores, gestores escolares e demais profissionais, ou seja, toda a equipe técnica. Como mencionam Vilas Boas e Abbiati (2020), ampliar a jornada de tempo na escola pública implica em maiores investimentos, capacitação de professores, aquisição de materiais e infraestrutura, questões que devem ser consideradas.

Cabe citar também a importante articulação e desafio em envolver a comunidade escolar com as escolas. Afinal, é necessário que exista uma comunicação aberta entre as famílias, instituições escolares e o poder público para garantir qualidade no funcionamento do Programa.

---

<sup>7</sup> Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos (as) da educação básica. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

É relevante também lembrar que promover reuniões, encontros e atividades que estimulem a participação ativa da comunidade, compartilhando informações e orientações, é vital para o sucesso do Programa. Além disso, é indispensável ter como apoio parcerias com profissionais especializados em saúde mental e emocional nas escolas, como psicólogos e psicopedagogos, para qualificar o trabalho desenvolvido com os estudantes. Esses profissionais podem oferecer orientações, capacitações e intervenções individuais ou em grupo.

Portanto, somente com a união coletiva da comunidade com a escola e da escola com o investimento e a atenção do poder público, bem como propostas e ações governamentais que atendam aos desafios que a educação integral apresenta, poderemos aspirar a uma educação integral de qualidade que seja reconhecida e valorizada, além de promover qualidade e extensão de jornada das crianças e jovens na escola.

### 3.4 Contextualizando o Papel Social da Escola e as Políticas Públicas

A escola possui um papel amplo na sociedade, que vai muito além de compartilhar conhecimentos, formações e práticas. Pensar a escola é pensar no seu espaço macro e no seu lugar na sociedade, espaço onde o perfil de crianças atendidas é diverso, onde temos crianças e jovens de diferentes classes sociais e contextos culturais. As políticas públicas voltadas à educação têm a capacidade de complementar e potencializar a formação dos alunos dentro e fora da escola.

O direito à educação é dos mais relevantes e na teoria é disponibilizado para todos. Contudo, temos uma realidade complexa que inclui diversos desafios sociais, em que na mesma sala de aula temos estudantes que têm acesso à alimentação adequada e outros não, por exemplo. Dessa forma, mesmo partindo da ideia da democratização da educação, ainda temos questões sociais gritantes dentro das salas de aula. E nesse ambiente contamos com educadores que precisam organizar suas aulas para ensinar um vasto perfil de alunos, com

inúmeras diferenças e por vezes vulnerabilidades, trazendo desafios muito difíceis de superar.

Apesar do papel essencial do professor no contexto da sala de aula, contamos com o apoio da gestão escolar. E a gestão escolar se articula com as secretarias; estas têm importante papel e devem refletir sobre a diversidade de educandos e como criar estratégias para que as escolas públicas ofereçam uma educação mais inclusiva.

As políticas públicas surgem a partir de uma situação problema e são aquilo que o governo decide fazer pelo povo (SOUZA, 2006), por isso sua importância em todos os âmbitos da gestão, dentre eles promover políticas públicas que atendam às necessidades geradas pela desigualdade social, qualificando a formação dos alunos. O direito à educação está envolvido em diversas questões como o papel social dos profissionais que atuam nas escolas públicas, bem como a funcionalidade da escola.

Nos estudos na área da educação, realizados por Francymonny Melo (2020), percebe-se que, para alcançar a igualdade no ambiente escolar, é necessário pensar de fora para dentro, ou seja, olhar para a sociedade e para a história, para assim refletir o que podemos reparar. Melo (2020, p. 36), diz que:

Entende-se, portanto, que, para que a igualdade seja atingida, um primeiro ponto é evitar que as desigualdades externas ao ambiente escolar, como, por exemplo, as desigualdades de origem, sejam potencializadas dentro do ambiente e com os atores escolares. Para isso, precisa-se, primeiro, que a escola ofereça a todos o mesmo ensino, bem como forneça aos mais vulneráveis uma atenção especial, ou seja, aplique uma discriminação positiva ou um princípio de justiça corretiva.

Discriminação positiva neste contexto é buscar corrigir as desigualdades que permearam as experiências dos alunos até seu ingresso na escola. Há semelhança ao que se busca entender sobre a importância dos programas de governo no município de São Leopoldo/RS, pois bem como a autora retrata, percebemos que os programas buscam atender e incluir os educandos.

E para que haja mais oportunidades de inclusão e garantia de que estas práticas inclusivas ocorram, é imprescindível contar com as políticas públicas, conforme reitera Melo (2020, p. 36) apud Chahay (2002) “Por isso, em termos

de contexto educacional, para Crahay (2002), justiça pode ser pensada por meio de três formas ou tipos: igualdade de oportunidades, de tratamento e/ou de conhecimentos adquiridos.”

Pensar em igualdades de oportunidade, tratamento e conhecimentos leva a pensar justamente nas políticas públicas que promovem esse acesso aos educandos vulnerabilizados. Tendo em vista isto, Melo (2020) aproxima-se da justificativa desses estudos, pois existem princípios de justiça equitativa na educação que ocorrem através de programas como o Mais Educação e o Programa Mais Educa São Léo.

Nas políticas públicas, o poder discricional importa diretamente na execução dos programas, e em algumas situações as normas jurídicas reservam situações específicas, em que o administrador dispõe de certa margem de liberdade para tomar algumas decisões e, nestes casos, o agente público é o mais apto para tomar decisões adequadas aos seus administrados, constituindo-se então um ato discricional (Oliveira, 2022). Os programas educacionais também carregam consigo o poder discricional, como supracitado.

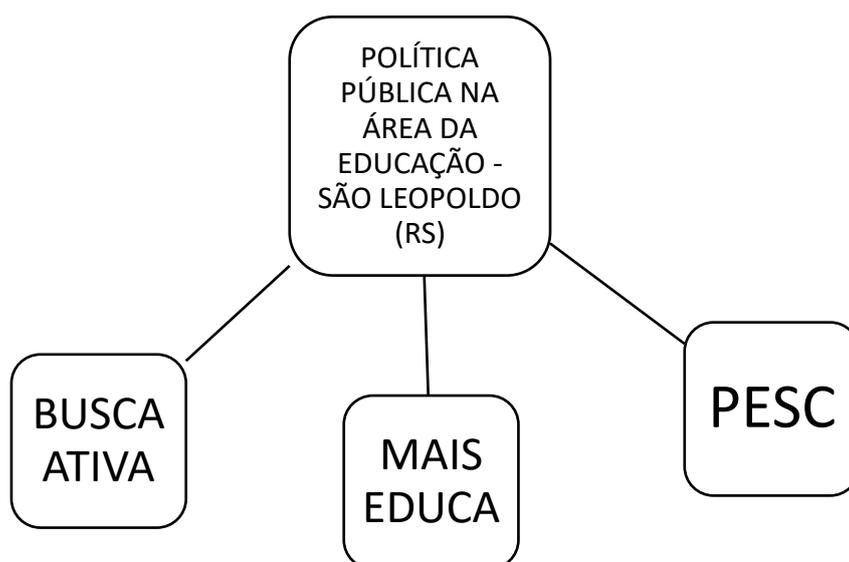
As políticas públicas existentes para a educação no município de São Leopoldo – RS são diversas. Quando pensamos em políticas, neste caso, programas, entende-se que o poder desses frutificará resultados, ou seja, a ação social deles, advinda do poder governamental do município, propiciará à sociedade o desfrute dos seus resultados como ações sociais.

Entendemos que os programas de governo apresentados aqui buscam garantir equidade, acesso, resgate, formação de qualidade às crianças, aos jovens e aos educadores que estão presentes na rotina do ensino público. Por isto, apresento a professora e doutora Sandra Grohe, que compõe o grupo de trabalhadores da Secretaria de Educação Municipal de São Leopoldo (RS), e que esteve presente numa live, realizada no início do ano de 2022, intitulada *Redes de enfrentamento às desigualdades: como construir redes entre gestão, docência e pesquisa* realizada pelo canal Humanidades Unisinos, na plataforma

do Youtube. Nesta live<sup>8</sup>, Grohe (2022) destaca três importantes programas ativos, organizados e executados em parceria com as escolas municipais.

Estes programas estão em execução desde 2019 e retratam a assistência que o governo municipal presta aos problemas existentes na escola e as qualificações que também são necessárias ao ensino público. Importante pensarmos qual o objetivo desses programas e como relacionam os temas escola e política. Vamos compreender do que tratam os programas citados por Sandra Grohe (2022).

**Figura 1:** Programas em execução nas escolas municipais de São Leopoldo – RS



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Cada um destes três programas existe para amparar uma situação específica do município. Segundo Grohe (2022): Programa de Educação para a

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. Redes de enfrentamento às desigualdades: como construir redes entre gestão, docência e pesquisa. Canal Humanidades Unisinos. 06/abril/2022. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=LNSdm0Gn-\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=LNSdm0Gn-_U)> 1h48min01seg

Sustentabilidade na Cidade (PESC) – Este Programa busca manter o vínculo com professores da rede municipal de ensino através de um trabalho que aborda nove temáticas através de lives abertas na plataforma do Youtube, canal TV SMED São Leopoldo. No ano de 2020, foram mais de 300 educadores participantes deste Programa em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O Programa foi organizado em formato de curso, e este ficará disponível no canal TV SMED São Leopoldo para acessos posteriores; Busca Ativa - Este Programa consiste em manter um grupo de trabalho entre o Ministério Público, a SMED e o Conselho Escolar. Atua identificando estudantes que se evadiram das escolas municipais. Assim o conselho escolar desloca-se até as residências dos estudantes para perceber o que aconteceu e tentar um retorno deles à escola. E por último, o Programa educacional Mais Educa São Léo (PME) – Ocorre no contraturno escolar e busca atender de forma lúdica crianças e jovens, ofertando de atividades esportivas, sala de recursos<sup>9</sup> pedagógicos, oficinas, esporte, acompanhamento pedagógico, reforço escolar e informatização. Além disso, é oferecido aos estudantes do contraturno almoço e merenda, cujos ingredientes são comprados em parceria com os produtores locais.

Por se tratar de um Programa do Governo Municipal, mesmo baseando-se no Mais Educação Federal, ainda é muito recente. Sendo assim, existem pesquisas em andamento que abordam especificamente o tema. Diante disso, ainda não há publicações sobre este Programa nos bancos de dados.

Em 2019 no município de São Leopoldo/RS, o *Programa Mais Educa São Léo*, teve lançamento e foi instituído pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) contando também com investimento do Ministério da Educação (MEC). Inicialmente 13 escolas foram contempladas, selecionadas pelo critério de maior vulnerabilidade social das crianças e jovens. Após quatro anos, o PME segue ativo, alcançando 20 escolas localizadas na Zona Oeste da cidade.

---

<sup>9</sup> Salas de recursos são ambientes com recursos pedagógicos para ensino de alunos com dificuldades de aprendizagens.

De acordo com o planejamento do Programa Mais Educa São Léo, no Manual Pedagógico (p. 05 e 06, 2022) a iniciativa busca:

- I.Redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano;
- II.Melhoria dos processos e resultados de aprendizagem no ensino fundamental;
- III.Ampliação do período de permanência dos/as estudantes em atividades educativas sejam elas na escola ou em outros espaços;
- IV.Propiciar o acesso a atividades culturais, artísticas, tecnológicas e esportivas diferenciadas das já realizadas no ensino regular.

O Programa Mais Educa São Leó oferece atividades esportivas, artísticas, culturais e tecnológicas. Além de ocorrerem nessas escolas, acontecem também em nomeados “outros polos” do município. Consta no Manual que as escolas selecionadas foram escolhidas através de um perfil em que houvesse mais alunos em situação de alto risco ou vulnerabilidade social, distorção idade/ano, dificuldade de aprendizagem e/ou em situação de baixo peso/desnutrição.

Percebe-se que os alunos que integraram o Programa também são aqueles que estão nos anos finais do ensino fundamental, devido ao alto índice de abandono e reprovação escolar informados pelo Plano Municipal de Educação e Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) orienta e explica o documento Manual Pedagógico (2022). Portanto, a prioridade para a organização das turmas e seleção dos/as estudantes do Programa Mais Educa São Léo vem a ser o público adolescente dos anos finais.

Para que o Programa aconteça é necessário dispor de Monitores Articuladores, Oficineiros, entre outros profissionais da equipe técnica. Os Monitores Articuladores são aqueles que estão na escola no tempo em que acontece o Programa e seu papel, conforme Manual Pedagógico (2022, p. 08),

Organizar e sistematizar as atividades da semana (quadro de horários); Controlar o preenchimento de planilhas dos/as oficineiros/as; Auxiliar os/as oficineiros/as em caso de necessidades específicas; Articular o Programa junto à equipe diretiva; Articular o Programa junto à Secretaria de Educação; Substituir o/a oficineiro/a em caso de ausência desse; Acompanhar os/as estudantes durante o almoço; Acompanhar os/as estudantes em apresentações artísticas ou competições

esportivas fora do horário escolar; Cumprir a carga horária de 20 horas semanais, sendo 5 horas por dia, distribuída em 4 dias na semana, registrada em planilha e acordada no Termo de Compromisso. Participar das Reuniões Administrativas e Pedagógicas (RAP) diurnas em seu dia de trabalho; Participar dos Conselhos de Classe das turmas em que há alunos/as atendidos/as nas oficinas. Controlar e sistematizar o atendimento dos/as estudantes que participam dos Projetos Descentralizados, como por exemplo, Canoagem e Escola de Artes Pequeno Príncipe.

O oficineiro é responsável por, conforme Manual Pedagógico (2022, p. 08-09),

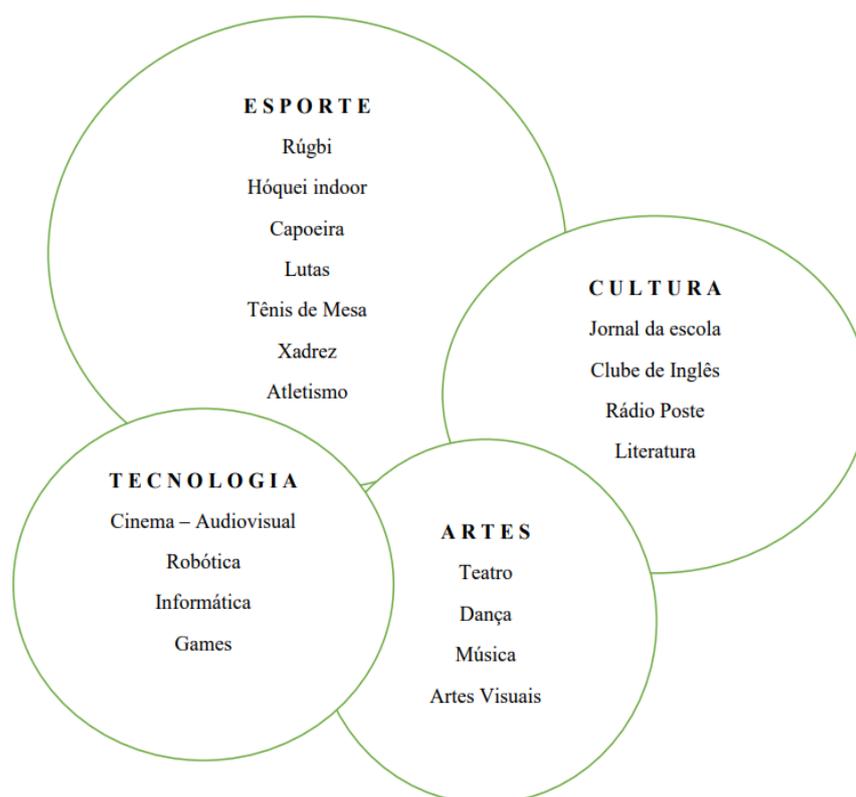
Planejar e executar oficinas para os/as alunos e alunas atendidos/as no Programa Mais Educa São Leo; Registrar as atividades realizadas diariamente em planilha; Registrar a frequência dos/as alunos/as atendidos/as; Acompanhar o rendimento escolar dos/as alunos/as atendidos/as; Comunicar ao monitor/a articulador/a o excesso de faltas dos/as alunos/as em caso não justificados; Executar oficinas no campo temático no qual está, efetivamente, realizando seu trabalho voluntário; Acompanhar os/as estudantes em apresentações artísticas ou competições esportivas fora do horário escolar; Cumprir sua carga horária conforme registrada em seu Termo de Compromisso; Acompanhar os/as estudantes durante o almoço; Participar das Reuniões Administrativas e Pedagógicas (RAP) diurnas em seu/a dia de trabalho; Participar dos Conselhos de Classe das turmas em que há alunos/as atendidos em sua oficina.

Os oficineiros devem ter experiência e formação na área que ministrarão oficinas. São trabalhadores voluntários do Programa, recebem uma ajuda de custo para transporte e alimentação. O Manual Pedagógico (2022, p. 09) explica que “A educação em tempo integral possibilita o trabalho voluntário de educadores/as populares, de estudantes de graduação e outros/as profissionais que desejam atuar no campo educacional, sob a Lei 9.608/1988, que dispõe sobre o voluntariado.” Para compreender a organização temporal do Programa, incorporado no sexto capítulo do Manual Pedagógico (2022, p. 10),

“o Programa Mais Educa São Leo irá trabalhar com a flexibilização dos horários a partir da articulação junto à Secretaria de Educação. Nesse sentido, esse manual pedagógico não pretende engessar os horários de entrada e saída em ambos os turnos, entendendo que as escolas da rede municipal possuem horários distintos estabelecidos democraticamente em seus PPPs, o que impossibilita trabalhar com uma lógica fixa e universal. Porém, fica registrado que esse Programa deverá cumprir o total de 2h preenchido com oficina no contraturno somado à 1h de refeição, ou seja, os/as alunos/as atendidos/as irão realizar uma jornada de 7 horas diárias no espaço escolar (Ex: 4 horas de aula regular + 1 hora de refeição + 2 horas de oficina).”

Portanto, o PME ocorre em quatro dias da semana, sendo do mês de abril ao mês de novembro e as escolas definem os dias da semana. No capítulo que sugere os campos temáticos, podemos observar sistematicamente através de uma figura explicativa.

**Figura 2:** Campos temáticos de oficinas do Programa Mais Educa São Léo



**Fonte:** Manual Pedagógico, 2022, p.12.

Estes campos a serem trabalhados são determinados a partir dos interesses do grupo atendido em cada escola. Sendo apenas uma base ou caminho norteador para as escolas definirem. Ademais, o Manual conta com uma formação via plataforma Moodle e ministrada pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de alinhar o trabalho e reunir aqueles que fazem o projeto acontecer, para assim garantir que o Manual esteja alinhado com as ações realizadas nas escolas.

Para concluir, é importante resgatar a principal função desse Programa, que busca uma equidade às famílias e estudantes atendidos, como cita o Manual Pedagógico (2022, p. 13) “permitir que esses/as alunos/as tenham acesso a

atividades pelas quais costumam, de um modo geral, atingir apenas as comunidades com maior índice financeiro aquisitivo.”

#### **4 PROBLEMATIZAÇÃO**

O tema deste trabalho se fez pertinente por apresentar uma das políticas públicas que acontecem no ‘chão’ das 13 escolas municipais de São Leopoldo (RS). Buscamos compreender como os beneficiários(as) são selecionados e atendidos, bem como de que forma o Programa é coordenado na escola.

Cada escola, em seu currículo, quando atende à atribuição do conhecimento dos estudantes daquele contexto social, deve refletir sobre o que se pode absorver diante da realidade daquele lugar. É importante observar às políticas públicas na educação, e como estas podem auxiliar a escola na formação social e inclusão dos educandos, acolhendo toda a comunidade escolar, bem como sua cultura e diversidade.

Nos últimos anos a escola desafia-se a lidar com a diversidade e inclusão justamente o que sempre foi o maior desafio para as instituições escolares. Nesta difícil tarefa, para alcançar seus objetivos, a escola deve contar com o envolvimento e organização de todo o grupo escolar e ter conhecimento sobre as teorias e políticas que retomam este tema.

A escola pública possui grande importância na formação cidadã dos educandos, mas convive com diferentes funções além de transmitir conhecimentos e saberes. Ela é responsável por acolher e assistir aos alunos de alguma forma. Esta situação que permeia a rotina da escola pública é abordada por Libâneo (2012), para quem a escola pública acolhe problemas para muito além dos conteúdos curriculares; e a escola privada é a que ensina conteúdos, investe em tecnologias, varia o ensino. Explica que a escola pública cumpre missões sociais e assistenciais. Libâneo (2012, p. 16) aclara:

[...] o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola

do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças.

É preciso refletir sobre as desigualdades. Observando a falta de equidade de direitos na democratização da escola e seus impactos, Santos e Junior (2015, p. 1031) afirmam,

A escola então tem um papel de destaque nessa sociedade, ou seja, ela tem um papel ampliado como instituição de regulação social, principalmente com o avanço cada vez mais onipresente do neoliberalismo. Hoje se assiste uma educação como mercadoria.

São 251 anos de ensino público no território nacional. O direito à educação tem sido cada vez mais elucidado, pois a sociedade, em suas lutas pela educação, conquista o direito a ela, tornando-a um direito público em 1717, na Polônia, e 55 anos depois no Brasil. Este direito público, encontrado em Boto (2005, p. 3), afirma,

- o ensino torna-se paulatinamente direito público quando todos adquirem a possibilidade de acesso à escola pública; - a educação como direito dá um salto quando historicamente passa a contemplar, pouco a pouco, o atendimento a padrões de exigência voltados para a busca de maior qualidade do ensino oferecido e para o reconhecimento de ideais democráticos internos à vida escolar; - o direito da educação será consagrado quando a escola adquirir padrões curriculares e orientações políticas que assegurem algum patamar de inversão de prioridades, mediante atendimento que contemple – à guisa de justiça distributiva – grupos sociais reconhecidamente com maior dificuldade para participar desse direito subjetivo universal – que é a escola pública, gratuita, obrigatória e laica. Aqui entram as políticas que favorecem, por exemplo, a reserva de vagas por cotas destinadas, nas universidades, a minorias étnicas.

Apesar dos avanços desta época aos dias de hoje, ainda é necessário pensar políticas que atendam aqueles mais excluídos dentre os grupos que compõem a camada popular. Vê-se que a escola pública também é um lugar de privilégio, embora sua oferta de vagas seja gratuita, ainda há exclusão.

Por isso o papel das políticas públicas voltadas à área de educação é de extrema importância, porque oportuniza às crianças e aos jovens conviverem e compartilharem experiências na escola pública através de incentivos e propostas que ofertem acesso à cultura, esporte, tecnologia etc. Importante, também, para que se sintam acolhidos e realmente protegidos neste espaço. É um desafio que

se estende há anos e segue relevante para buscarmos uma educação pública inclusiva e justa para nossas crianças e adolescentes.

Neste espaço de partilha de experiências que são as escolas, em muitos momentos durante as horas práticas do curso de licenciatura, foi possível presenciar situações inquietantes que ensejaram na construção desta pesquisa. Convivendo com professores dos anos iniciais, na rede de educação municipal de São Leopoldo – RS, foi possível vivenciar momentos de organização dentro de sala de aula.

Certa vez, em uma destas escolas onde foram realizadas algumas horas de observação, convidou-se algumas crianças para ensaiar uma peça teatral no turno inverso. Entretanto, os selecionados foram os estudantes que apresentavam melhores condições financeiras e ‘bom comportamento’ em aula. Ainda brevemente foi possível perceber que a educadora titular da turma comentava com outra educadora que “não adianta chamar aquelas crianças que incomodam para ficar na escola fora do horário de aula.”. Diálogos como este foram comuns durante o trajeto acadêmico, em ambientes fora da universidade. Por vezes fazem refletir se de fato é ensinado sobre acolhida e inclusão na formação do educador(a) sobre.

Poderíamos citar outras vivências que se relacionam com as citadas acima, e que questionam as oportunidades às crianças, e quem de fato gerencia a inclusão ou exclusão dos menos favorecidos. Contudo, destaca-se neste trabalho que as políticas de alcance à camada mais popular da sociedade, são imprescindíveis, sendo necessário aperfeiçoá-las e constantemente avaliá-las.

É importante que políticas sociais existam para garantir o direito a todos, mas também que a avaliação das mesmas, com prestação de contas pública dos resultados seja realizada, para que se tenha certeza de que a autonomia dos agentes<sup>10</sup> que integram essas políticas não burlem o sistema agindo na contramão da proposta de inclusão.

---

<sup>10</sup> [...]são aqueles que possuem funções de direção e de orientação, de exercício geralmente transitório. Sua investidura dá-se, geralmente, por meio de eleição, investidos de um mandato, caracterizando a transitoriedade do exercício das funções. Esses agentes exercem funções políticas como representantes

O PME é apenas um dos diversos esforços existentes para a inclusão social no município. O Programa despertou interesse em ser pesquisado por ocorrer no contraturno ofertando atividades extraclasse, promovendo a ampliação da jornada escolar e por ser a maior política pública existente na Secretaria Municipal de Educação, atendendo em torno de 7.000 estudantes. Além disso, o município de São Leopoldo é uma das dez maiores redes de ensino municipal do Estado do Rio Grande do Sul.

Nas escolas públicas, estritamente de São Leopoldo, políticas acontecem concomitantemente durante o ano letivo, organizadas por agentes de diversos ambientes, como por exemplo, a gestão de cada escola, a equipe da Secretaria Municipal de Educação (SMED), os educadores, este conjunto de trabalhadores que gerencia os programas de governo, buscando atender aos seus critérios. As escolas possuem equipes diretivas, nomeadas como membros de cada gestão. Nestas equipes encontra-se um(a) gestor(a) escolar por turno, que é responsável por gerenciar os Programas ativos na escola.

Dentre os programas de governo existentes no município, o Mais Educa São Léo, por acontecer no contraturno e favorecer crianças em vulnerabilidade social, despertou minha curiosidade de compreender mais sobre a sua gestão. Portanto, como decorrência de todas essas reflexões e contextualização empírica, a problemática desta pesquisa se traduz no seguinte questionamento: *Como ocorre e quais os desafios no processo de implementação e inclusão dos estudantes em situação de vulnerabilidade social da política Mais Educa São Léo?*

## **5 OBJETIVOS**

### **Objetivo geral:**

Caracterizar e analisar as estratégias e mecanismos de acesso e manutenção dos estudantes em situação de vulnerabilidade social no Programa Mais Educa São Léo, contribuindo para a compreensão do Programa e de seu papel de inclusão social.

### **6.1 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos que conduziram as etapas da pesquisa, foram:

1. Entender o funcionamento, critérios e fundamentos do Programa Mais Educa São Léo;
2. Compreender a realidade socioeconômica das famílias atendidas pelo Programa;
3. Identificar os desafios existentes na implementação no cotidiano das escolas;
4. Identificar efeitos potencializadores ou limitadores da participação dos estudantes público-alvo no Programa;
5. Contribuir para o aprimoramento do Programa, tendo em vista as suas versões implantadas em outros Estados e considerando as dificuldades encontradas na sua implantação local.

## **6 METODOLOGIA**

Esta pesquisa percorreu um caminho desde o entendimento do que tratam os estudos na área das ciências sociais, até como o objeto pesquisado se torna pertinente para a sociedade. Muitas leituras e autores/as se cruzaram neste desvendar e desvelar de possibilidades. Alonso (2016, p.08) nos aclara:

As ciências sociais, em particular a sociologia, desde o seu nascimento, no século XIX, oscilaram entre dois modelos. De um lado, seguir o método experimental das ciências naturais, modelando-se na

biologia, que se consolidava, e construir, à sua maneira, instrumentos de medida e comparação. De outro lado, aproximar-se da história e da literatura, com as quais compartilha o objeto – a vida social – e o instrumento – a linguagem e a capacidade de argumentar. O dilema entre explicar, como as ciências naturais, ou interpretar, como a história e a literatura, colocou a sociologia na situação de “terceira cultura” (Lepenies, 1995), no meio do caminho entre os dois campos e pendente, conforme as diferentes escolas de pensamento que foram se construindo ao longo do tempo, mais para um lado ou mais para o outro.

Na trajetória empreendida, buscamos a possibilidade de perceber os atores sociais em seus papéis de execução profissional. Ou seja, uma parte da vida social acontecendo dentro da escola. Sabemos que são muitas as possibilidades de olhar para a rotina do que acontece em cada instância da sociedade; neste caso, o olhar foi delimitado para a política pública Mais Educação São Léo. Apresentaremos a seguir os passos empreendidos neste caminho.

#### 6.1. Fase Exploratória: pesquisa documental e bibliográfica

Esta pesquisa é qualitativa e tem caráter exploratório, por isso a importância de buscar, em meio aos dados levantados, uma compreensão o mais próxima possível da realidade do Programa investigado. Neste caso, Alonso (2016, p.08) novamente nos auxilia,

[...]a sociologia como interpretação, levou ao desenvolvimento de métodos qualitativos, visando a entender a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares.

Consultando os estudos da autora Alonso (2016), pudemos entender que há de se contar com diversas possibilidades de interpretação sobre os dados coletados, por isso a importância de refletir sobre o que se escuta e observa, afinal “o “objeto” da investigação das ciências sociais são sujeitos, pessoas e grupos sociais, “(...)capazes de alterar a sua conduta na presença do observador – seja para negacear informação, seja para arrumá-la da maneira que, julgam, irá satisfazê-lo.” Alonso (2016, p.08).

A pesquisa científica é um caminho no qual se aprende cotidianamente e os passos são vagarosos – mas constantes - em direção aos resultados. Além disso, é importante ressaltar que em nossa área as relações são peculiares, pois como cita Alonso (2016, p.08): “[...]a relação nas ciências sociais é sujeito-sujeito: o mundo social é constituído por sujeitos ativos (e não objetos passivos):

as ciências sociais estudam “objetos” que são dotados de intencionalidade e que pensam a si mesmos.”

Para responder ao problema desta pesquisa na área das ciências sociais e humanas, primeiramente, buscaram-se referências através de leituras preliminares indicadas pela orientadora e coorientador, com o apoio de teóricos que apresentam estudos sobre políticas, educação, cultura, discricionariade, entre outros vinculados. Durante o caminho percorrido para definição do objeto, foi necessário realizar uma entrevista exploratória, uma ida a campo na Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo, em agosto de 2022.

## 6.2. Pesquisa de campo

Para conseguir compreender o objeto de estudo, utilizou-se as seguintes técnicas de análise, conforme estudos de Alonso (2016, p. 09),

(i) os que visam a entender a lógica de interações sociais rotineiras, cotidianas, por meio da observação; (ii) os que acessam experiências, valores e atitudes dos indivíduos, a partir de suas narrativas ou biografias; e (iii) os que ambicionam desvendar estruturas e processos sociais invisíveis a olho nu, por meio de técnicas de reconstrução histórica.

Repetindo, esta é uma pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica, com uso das técnicas de:

- i. Observação participante;
- ii. Entrevistas semiestruturadas;
- iii. Análise de conteúdo.

Na pesquisa qualitativa, principalmente em áreas como sociologia, psicologia, antropologia etc., a etnografia é conhecida por ser uma observação que ocorre diretamente junto a grupos sociais, através de interações diretas com os ambientes e atores pesquisados. Utiliza observações e entrevistas, como neste caso foram feitas, embora o presente estudo não caracterize uma etnografia tal e qual vemos nos clássicos. Contudo, “A interação é a condição da pesquisa” (ROCHA; ECKERT; 2008, p. 03) e neste método é indispensável também a escuta atenta, a presença prolongada no ambiente pesquisado e a

participação na vida social daquele lugar (ROCHA; ECKERT; 2008, p. 06). Assim, pode-se dizer que nos inspiramos e utilizamos algumas técnicas do método etnográfico. As autoras Rocha e Eckert (2008, p. 02) explicam ainda que,

A pesquisa etnográfica, construindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao pesquisador ou à pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta.

Seu objetivo centraliza-se em compreender o contexto de vida do grupo participante da pesquisa, para isso a pesquisadora passa um tempo longo a campo, inserida no ambiente para poder capturar detalhes. Portanto, “A prática etnográfica tem por desafio compreender e interpretar tais transformações da realidade desde seu interior.” (ROCHA; ECKERT; 2008, p. 22).

As técnicas buscaram compreender as interações cotidianas, experiências, valores, atitudes, estruturas e processos, e são encontrados nos estudos de Alonso (2016, p. 09 e 10), em que afirma também que “Uma maneira de entender fenômenos sociais é observá-los enquanto acontecem, no aqui e agora.”.

Para justificar a escolha destas técnicas, seguimos atentos aos estudos de Alonso (2016, p. 10) que afirma:

A observação participante se vale do acompanhamento sistemático de todas as atividades do grupo estudado. O pesquisador se insere no dia a dia do grupo, participa dele, como se fosse um membro. E procede ao registro sistemático (um diário de campo) de vários tipos de informação: eventos (ações), falas (discursos), gestos (comportamentos) e interações observados. Registra, também, as suas próprias experiências em campo. Quando desconhece as regras, a língua e o universo simbólico do grupo que estuda, o pesquisador recorre a um informante, que funciona como via de acesso e, eventualmente, como mediador cultural.

Para finalizar a justificativa do uso, acrescentamos que a observação é ainda uma técnica importante para coletar dados não obtidos de outras formas, como sugere Silva et. al. (2018):

Na técnica de observação ao vivo, verifica-se quando algo é observado pela primeira vez, os aspectos mais impressionantes do observado são retidos inicialmente. Sendo assim, se o comportamento observado não for visto outras vezes, pontos

mais detalhados do observado poderão passar despercebidos aos olhos do pesquisador (Belei, Gimenez-Paschoal, Nascimento & Matsumono, 2008). De um modo geral, Kirk e Miller (1986) comentam que as pesquisas qualitativas realizadas dependem da observação de pessoas em seu território de atuação, bem como da qualidade da interação existente entre o pesquisador e os observados. Sendo assim, para uma pesquisa qualitativa de qualidade, torna-se importante que haja uma boa relação com o objeto observado, para se evitar vieses na pesquisa.

Diante disso, entendemos que a observação se fez importante na construção dos dados levantados desta pesquisa qualitativa para compor a relação com o objeto, em que serão coletados dados acerca do fenômeno observado e registrado em diário de campo. Nesta pesquisa em questão, as observações utilizadas serão: a *observação em situações naturais* (FLICK, 2009) é aquele fenômeno que é observado diretamente no campo, *observação pública* (FLICK, 2009), uma observação revelada ao observado, *observação participante* (FLICK, 2009) quando o observador não participa do campo observado e *observação de terceiros* (FLICK, 2009) quando outras pessoas são observadas.

Com essa fundamentação descrita acima, portanto, se realizou a observação participante a campo em uma escola de ensino fundamental que acolhe e executa a política do Programa Mais educa São Léo, juntamente da observação participante e registros contínuos por meio de anotações em diário de campo. A escola está localizada no bairro Bom Fim, possui o total de 517 estudantes e atende até o 5º ano do ensino fundamental.

Foi utilizada também a entrevista semiestruturada, pois ela oferece uma possibilidade de dialogar abertamente com o/a entrevistado/a. Elaboramos as perguntas norteadoras, mas que podem ser modificadas ou ampliadas durante a entrevista. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas após as observações participantes. Conforme estudos de Lima (2016, p. 24), “O uso das entrevistas se dá nas diferentes técnicas de pesquisas qualitativas: observação participante, estudos etnográficos, trabalhos de campo, histórias de vida, biografias, análise de trajetórias, análise de redes”. Neste caso, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as seguintes pessoas que compõem a equipe na escola:

Assessor pedagógico de projetos da Secretaria de Educação<sup>11</sup>;

Monitor Articulador<sup>12</sup>,

Oficineiro(a)<sup>13</sup>.

Foram três respondentes, ou seja, um profissional ativo em cada etapa do Programa. Tanto as observações quanto as entrevistas semiestruturadas realizaram-se num ambiente formal estruturado de forma presencial, em uma escola municipal de ensino fundamental, pois é neste ambiente que o PME cria vida.

O critério de escolha da escola a ser visitada nesta pesquisa foi imergir em uma das 13 escolas cujo Programa foi implementado no lançamento (2019). A seleção da escola ocorreu em junho de 2023, quando houve a oportunidade de atuar como voluntária no Programa. E a escola que precisava deste profissional no momento era justamente uma das primeiras que receberam o Programa no lançamento, há quatro anos, abrindo-se a oportunidade de participar e realizar a pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas estão organizadas através de três roteiros. (APÊNDICE A).

### 6.3. Análise de dados

Através dos elementos coletados nas observações, Manual Pedagógico do PME, Diretrizes do Acompanhamento Pedagógico e entrevistas realizadas na escola durante o período em que o Programa Mais Educa São Léo acontece e com a SMED, realizamos a análise de conteúdo (AC) para tratar os dados.

A análise de conteúdo, segundo Franco (2005, p. 13),

É a mensagem, seja ela, verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada.

---

<sup>11</sup> O Assessor Pedagógico de projetos atua na Secretaria de Educação do Município como responsável pelos Programas ativos nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

<sup>12</sup> O Monitor Articulador é exclusivo do Programa Mais Educa, ele é responsável por articular as atividades oferecidas durante o período do Programa na escola e acompanha a rotina deste.

<sup>13</sup> O oficinairo é responsável por propor oficinas práticas para as crianças do programa, como por ex. oficina de dança.

Necessariamente ela expressa um significado e um sentido.

As três fases desta técnica são: a) pré-análise, b) exploração do material, c) tratamento dos resultados (BARDIN 1977).

Além disso, segundo a perspectiva de Bardin (1977), consiste em uma técnica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação (GODOY, 1995). A primeira fase acredito ser a mais importante, pois necessita da realização de quatro processos, segundo Silva et. all. (2017, p. 171),

- (i) a leitura flutuante (estabelecer os documentos de coleta de dados, o pesquisador toma conhecimento do texto, transcreve entrevistas); (ii) escolha dos documentos (seleção do que será analisado); (iii) formulação de hipóteses e objetivos (afirmações provisórias, que o pesquisador se propõe a verificar); (iv) elaboração de indicadores (através de recortes de textos nos documentos analisados, os temas que mais se repetem podem constituir os índices).

Portanto, os dados investigados foram filtrados, traduzidos e interpretados, gerando assim um novo conteúdo que surge após a reflexão sobre o tema investigado, com auxílio das teorizações utilizadas. A partir das entrevistas, bem como das observações e documentos acessados sobre o PME, estes foram analisados através do método de análise de conteúdo (AC) e organizados em forma de um texto, onde se desenvolvem os resultados desta pesquisa.

## 7 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados encontrados a partir da pesquisa realizada em campo. Está dividido em três fases para melhor compreensão. A primeira fase abordará o Programa utilizando tudo o que se observou durante o período de imersão na escola visitada. A segunda fase apresentará as informações adquiridas através das entrevistas com o Gestor de Projetos da SMED, com a Monitora Articuladora da escola visitada e com a Oficineira de Meio Ambiente de quatro escolas onde o Mais Educa está presente. Por fim, a terceira fase discorre sobre percepções observadas a campo, partindo da perspectiva enquanto pesquisadora, bem como enquanto voluntária. Juntamente com dados trazidos em conversas informais, através de contatos diretos com as crianças, jovens, famílias e gestão, que também trouxeram insights.

### 7.1 O Programa Mais Educa: entre atores sociais e escola

Inicialmente estivemos em busca de duas das 13 escolas onde o Programa Mais Educa está ativo, para assim agendar visitas de observação e entrevistas. Entretanto, neste período de busca, surgiu a oportunidade de participar diretamente como voluntária em uma escola da rede municipal, onde o Programa está ativo e assim, e vivenciar na prática o dia a dia do Mais Educa.

Em setembro de 2022 iniciou-se o movimento para contatar o assessor de projetos da Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo (RS), porém, devido ao momento de eleições para presidente da república e governador estadual, não foi possível. Após o período eleitoral, foi reiterado o contato com secretaria e, na segunda quinzena de novembro, após alguns desencontros presenciais, foi possível, através de ligação telefônica, conversar com o assessor. Na ligação, foi solicitado que contasse sobre o PME, momento em que a pesquisadora explicou sobre o objeto de pesquisa que girava em torno do Programa educacional, demonstrando interesse em saber mais a respeito, além

de realizar visitas e observações em algumas escolas onde o Programa encontrava-se ativo.

No primeiro momento, o assessor se dispôs a auxiliar e informou que há um documento oficial nomeado *Manual Pedagógico: diretrizes e orientações Programa Mais Educa São Léo 2022*, e que ele estaria me encaminhando este documento em seguida à entrevista. Neste material apresenta-se descritivamente o funcionamento do PME, em detalhes.

Além disso, explicou que o PME iniciou em 2019, em 13 escolas, e atualmente ocorre em 20. Relatou também que o perfil das escolas que são selecionadas para participar do PME são aquelas que apresentam um alto índice de famílias inscritas no Programa federal Bolsa Família. O Manual organizado pelo prefeito, vice-prefeito, secretário de educação, diretora de gestão da educação básica e assessor pedagógico é dividido em 11 capítulos e foi atualizado, pela última vez, no ano de 2022.

#### 7.1.1 No contexto escolar

Na última semana de junho estivemos pela primeira vez na escola onde a pesquisa foi realizada, conhecendo e explorando o campo. Fizemos um total de 50 dias em campo, atuando como voluntária de Acompanhamento Pedagógico e observadora do cotidiano escolar do Mais Educa. Inicialmente, logo no primeiro dia, foi possível perceber a carência afetiva e fragilidade das crianças que integram o Programa e a acolhida, dividida entre olhares de desconfiança e olhares de carinho e curiosidade, que estes dão a quem chega.

Nesta escola, o Programa atende crianças que estão entre o 3º e 6º ano do ensino fundamental. A escola recebe o total de 517 alunos, divididos entre o turno da manhã e da tarde. No Programa há 69 crianças, sendo 32 meninas e 37 meninos. Dentre este grupo, 12 meninos são negros e 07 meninas são negras, havendo ainda uma imigrante da Venezuela. Atualmente não há nenhuma criança indígena participando do Programa, nesta escola.

As oficinas internas disponíveis são: artes, dança, meio ambiente e música. Também há uma proposta em conjunto com a Unisinos que oferece um Acompanhamento Pedagógico, no qual as crianças de 3º a 5º ano, junto com uma educadora da área de Pedagogia, realizam projetos de ensino para alfabetização e letramento. Para as crianças do 6º ano, há uma educadora de Letras que realiza um trabalho de aperfeiçoamento da escrita através de projetos, também vinculada a Unisinos. Externamente os alunos têm a opção de participar da atividade de Canoagem uma vez na semana.

A turma do Mais Educa da manhã chega na escola às 10:00 e fica até as 11:30h, em oficinas ou acompanhamento pedagógico. Às 11:30 os alunos que estudam no turno da manhã na escola são liberados e juntam-se a turma do Mais Educa. Após este momento, é oferecido almoço e posteriormente um tempo livre no pátio, que se estende até as 12:50. Alguns minutos antes das 13:00, os alunos que estudarão no ensino regular pegam suas mochilas e aguardam no pátio até dar o sinal de entrada para o turno da tarde. Os demais alunos ficam para participar das oficinas e acompanhamento pedagógico no turno da tarde até às 15:00.

Esta rotina do Programa ocorre de segunda-feira a quinta-feira nesta escola. A Monitora Articuladora permanece na escola durante todo o tempo de duração do programa. As atividades ofertadas seguem uma escala onde cada oficina ocorre uma vez na semana, o acompanhamento pedagógico e as aulas de Português/Letras e Matemática ocorrem duas vezes na semana cada.

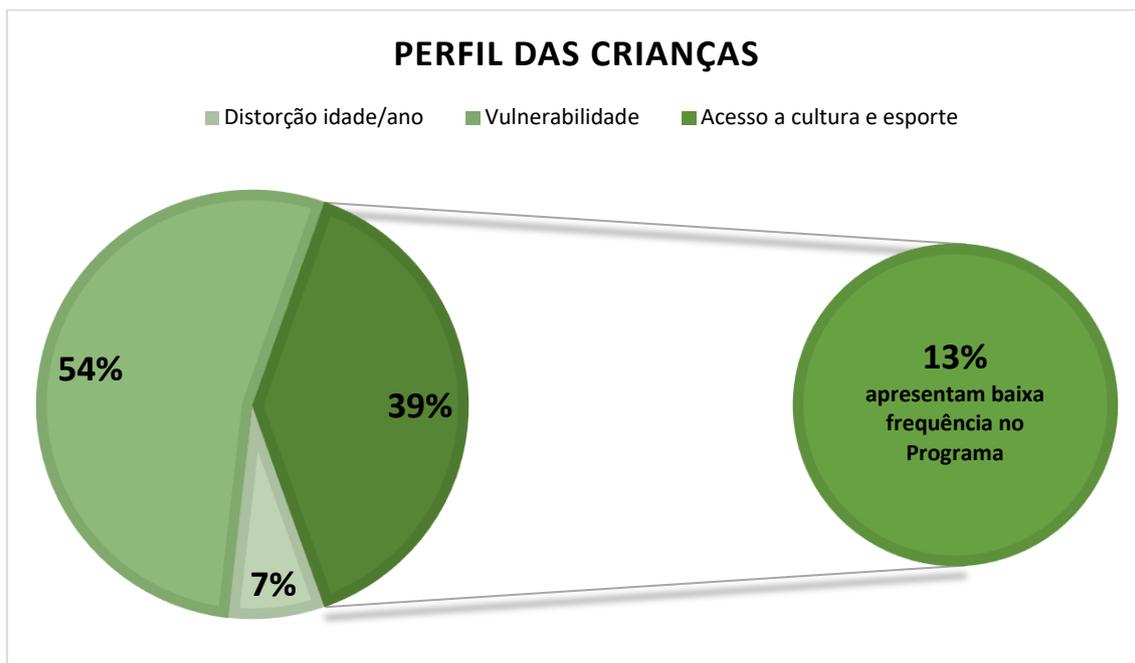
Os alunos que compõem o Programa seguem os critérios do Manual Pedagógico (2022, p. 05 e 06), no quesito das necessidades mais perceptíveis:

- Redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano;
- Melhoria dos processos e resultados de aprendizagem no ensino fundamental;
- Ampliação do período de permanência dos/as estudantes em atividades educativas, sejam elas na escola ou em outros espaços;
- 6 • Propiciar o acesso a atividades culturais, artísticas, tecnológicas e esportivas diferenciadas das já realizadas no ensino regular.

Dentre os 69 alunos(as) participantes do PME nesta escola, 37 são considerados em situação de vulnerabilidade social, sendo também participantes do Programa Bolsa Família; ou sofreram algum tipo de abuso, ou vivem em situação de

pobreza. Aproximadamente 05 crianças apresentam distorção idade/série e histórico de abandono, com índice de reprovação ou aprendizagem insuficiente para aprovação. Temos 27 crianças que estão inseridas para garantia de acesso às atividades diferenciadas, embora destas 27, cerca de 09 tem apresentado baixa frequência nas aulas e conseqüentemente no Programa (gráfico 01).

**Gráfico 01:** Perfil das crianças atendidas no Programa na escola analisada



**Fonte:** Elaborado pela autora.

É perceptível o interesse das crianças pelas oficinas, que são:

**Tabela 01:** Oficinas

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira
Dança	Taekwondo	Meio Ambiente	Música

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Os alunos demonstram uma participação ativa nas oficinas, sendo a mais apreciada a de Taekwondo. Certamente pelas propostas serem atrativas e o vínculo com os educadores eicineiros estar estabelecido de forma acolhedora, bem como o vínculo com a Articuladora.

Em alguns momentos da rotina de atividades, temos situações de tensão entre os alunos, como agitação, discussões e/ou agressões (verbais e físicas). Nessas situações osicineiros e voluntários necessitam solicitar silêncio para ter espaço de fala. É comum serem feitas pausas para conseguir retomar uma atividade que perde o ritmo devido à agitação dos alunos. Em casos como este, a Articuladora costuma fazer a intervenção e dialogar com os alunos envolvidos, buscando compreender o motivo do ocorrido, quando briga ou desrespeito ao colega/oficineiro/voluntário e conduzir a solução através do diálogo e aconselhamento.

Em casos extremos, onde alguém venha a se ferir, sofrer algum abuso ou apresentar uma reação extrema (por exemplo: raiva ou choro), a articuladora além de fazer a parte de diálogo e aconselhamento, informa a direção da escola e os familiares das crianças envolvidas, em busca de um esclarecimento e solução integral da situação gerada após o ocorrido. Além disso há uma Psicóloga que atende duas vezes na semana, em grupo, na escola. Ela atende não somente os educandos do PME, mas sim todos aqueles alunos(as) da escola que necessitem de atendimento.

Quando trabalhamos com as crianças nas atividades, sempre buscamos desenvolver propostas que abordem temas como ambiente positivo, empatia, escuta e diálogo, entre outros. Portanto, ao trabalhar estes temas já estamos encaminhando os conflitos, desenvolvendo um trabalho que refletirá na conduta das crianças para com os colegas, bem como para com todos a sua volta. Sabemos como esses educandos, principalmente os jovens, sentem-se mal por estarem em vulnerabilidade, como explica Scott, et al. (2018, p. 602),

O vulnerável carrega a ideia do mais fraco, ou seja, aquele que está em desvantagem quanto ao critério de distribuição (renda, serviços, qualidade de vida, educação e saúde) e que é alvo de políticas públicas específicas de auxílio e de busca de garantia de direitos.

Esta parte também pode ser nomeada, como inclusão social, a partir de uma educação integral e em tempo integral. Trata-se de um perfil de atividades lúdicas e direcionadas com temas pré-definidos a fim de acolher, permitindo que se sintam pertencentes a escola e ao PME. Neste caso, as propostas

apresentadas não se limitam apenas aos conteúdos, mas também ao desenvolvimento integral que é trabalhado em paralelo e aplicado pelos atores sociais através das temáticas que compartilham naquele espaço, com as crianças e jovens.

A educação integral dessas crianças ocorre conforme as experiências nas oficinas e aulas de reforço acontecem dentro do Programa. As crianças compartilham saberes e demonstram envolvimento pelas atividades oferecidas, bem como pelo acolhimento que eles têm dentro do ambiente escolar.

A oportunidade de socialização no Programa varia muito de criança para criança, principalmente porque a assiduidade é um dos critérios que define como será o aproveitamento do aluno(a). Ou seja, quanto mais assíduo o estudante for, mais vai poder desenvolver as habilidades que estão sendo trabalhadas. Cito isto pois as faltas existem em certos casos, atrapalhando o andamento das atividades. Alguns estudantes entram no Programa e acabam por frequentar apenas uma vez na semana, mesmo tendo recebido a vaga para os quatro dias da semana. Em casos de faltas muito frequentes, a família é contatada para esclarecer os motivos. A Monitora Articuladora define se o beneficiário seguirá participando do Programa ou não. Sempre há uma fila de espera de alunos(as) interessados(as), por isso, se a criança ou jovem não tem se mantido presente, geralmente é ofertada a vaga para o próximo(a) da fila de espera.

Embora sempre haja crianças para atendimento, é muito raro todos os alunos ingressos estarem presentes diariamente. Existem diversos motivos para estas infrequências, por exemplo, o clima. Durante o período que estivemos na escola, houve dias de chuvas intensas, nestes dias percebeu-se aumento nas faltas. Quando não há um acontecimento climático ou justificado pela família do educando, a Articuladora do Programa entra em contato com a família para compreender o motivo das faltas e confirmar se haverá retorno desta criança ao Programa.

Os bolsistas voluntários que atuam como professores de reforço e acompanhamento pedagógico recebem orientação de planejamento de professoras da UNISINOS em duas horas semanais. Nestas orientações são

compartilhadas opções de propostas para aplicar, propostas já aplicadas, comentários e debates sobre as questões diversas que permeiam o Programa e formação para qualificar a prática dos voluntários. Os voluntários recebem uma ajuda de custo no valor de R\$1.300,00 reais mensais para cumprir 56 horas/mês.

Osicineiros relatam que não há formação e/ou reuniões para fins de integrar e compartilhar vivências, nem por parte da escola, nem pela SMED. O que se aproxima desse perfil de orientação e ocorreu voltado para osicineiros, foram duas palestras em 2019, que abordaram os temas: Autismo e Racismo. Sabemos que a formação continuada é de extrema relevância, bem como reuniões para direcionar o trabalho e escutar ambas as partes, segundo Lilian K. Cimentão (2009, p. 03):

A formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança.

Justamente por isso, pensamos que momentos de formação para as equipes técnicas que atuam no Programa podem ser repensados para este ano, buscando integrar as equipes e promover momentos de escuta coletiva e formação dos atendentes. Sejam eles professores ou profissionais de outras áreas, pois a partir do momento que expõe conhecimentos para os alunos(as) e tem esse papel de compartilhar saberes, passam por executar um papel semelhante ao do educador. Necessitando também uma aproximação e formação do ambiente escolar onde ocorre o PME.

Tendo em vista que a gestão do Mais Educa é executada pela SMED, cabe a esta realizar esse movimento de integração e formação com os participantes da implementação desta política, visando não somente integrá-los, mas também qualificar e alinhar o trabalho desenvolvido.

Tivemos conhecimento de casos em que as crianças faltam por alguns motivos como cuidar dos irmãos, auxiliar a família em algum trabalho doméstico e/ou autônomo (colar sapatos e trançar tiras de couro), não dormir à noite devido

a residir nos fundos de um bar, ser agredido na rua e episódios de depressão. Podemos observar que são questões sociais que permeiam a realidade dos educandos atendidos. Exatamente por isso a Articuladora, juntamente com a escola, busca o contato com a família e o retorno dessa criança ao Programa, reforçando a importância do mesmo para a rotina do estudante.

Estes casos podem demonstrar o porquê de o grupo atendido demonstrar agitação durante as propostas, tendo em vista que estes diversos ambientes de convívio fazem parte da formação dos alunos e situações externas à escola refletem no ambiente do Programa.

O atual Prefeito do município se pronunciou sobre o Programa e reforçou a importância do mesmo no Jornal Redação ABC+ (2023):

Já temos um terço dos alunos da nossa rede pública realizando atividades no contraturno. Isso representa o nosso compromisso com o bem-estar das nossas crianças. Devemos patrocinar o esporte, porque o esporte promove a saúde e a qualidade de vida, além de fortalecer a relação da nossa cidade com o nosso clube.

É possível perceber a satisfação em perceber o potencial do Programa na vida das crianças e contar com a ampliação do mesmo para todas as EMEFs do município.

O Mais Educa passará a atuar em toda a rede municipal, vindo ao encontro com o Programa Federal Escola em Tempo Integral (2024), ou seja, São Leopoldo receberá uma ampliação da jornada escolar nas escolas Estaduais e Municipais. Assim, podendo avançar no relevante papel de promover de diversas benfeitorias para a formação das crianças e jovens, como a educação integral e a inclusão social, como refletimos nos estudos de Sachs (2004, p.25):

Enquanto persistirem as grandes diferenças sociais e os níveis de exclusão que conhecemos hoje no Brasil, as políticas sociais compensatórias serão indispensáveis, além da urgência em promover o acesso universal aos serviços sociais de base - educação, saúde, saneamento, moradia.

São movimentos relevantes para a educação dessas crianças e jovens em fase escolar, propiciando a oportunidade de uma formação de qualidade ampliada e integral, além de serem acolhidos através do acesso que o PME promove.

Os dados apresentados neste subcapítulo nos mostram uma visão ampla e direcionada sobre o PME na escola observada. Esta imersão no ambiente escolar em que o Programa ocorre desde o lançamento, permitiu compreender através de observações, diálogos e vivência os desafios, os limites e os benefícios do Programa. Entramos em contato com a diversidade de alunos(as) atendidos, as experiências do cotidiano, a realidade local das famílias, o perfil de crianças que frequentam o PME, bem como com colaboradores, vindo ao encontro da proposta de educação integral, que deve considerar, segundo Gonçalves (2006, p. 130):

[...] o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações.

Uma experiência que deixa evidente a importância do PME na promoção de uma educação integral que acolha, olhe e promova ofertas de atividades considerando a multiplicidade de educandos e sua bagagem de vida.

Permitindo também a reflexão sobre as complexas questões sociais que impactam diariamente a participação dos educandos. São diferentes lacunas de um Programa que apontam desafios e limites, como a formação dos colaboradores, mas também apontam potenciais, como a expansão do Programa para todas as EMEFs da rede municipal e a adesão positivas dos educandos para com as ofertas dentro do PME. Isso representa que, apesar dos desafios, temos uma perspectiva otimista da ampliação da jornada escolar no município, e agora, alinhadas ao Programa Federal Escola em Tempo Integral, destacando esse compromisso com a formação qualificada e acolhimento às crianças e jovens.

## 7.2 Dialogando com os Atores Sociais: Gestor, Articuladora e Oficineira

O Programa é composto por diversos atores sociais, entre eles os que atuam diretamente na funcionalidade, os agentes administrativos: Gestor de Projetos da SMED e Monitor articulador de cada escola; e colaboradores: os oficinairos e voluntários. Neste subcapítulo vamos refletir acerca das entrevistas realizadas com cada um deles, também estarão presentes comentários de famílias e educandos participantes do Programa.

Já vimos que uma Política Pública é implementada para resolver algum problema presente na sociedade, a entrevista realizada com o Gestor de Projetos da SMED nos aclara como surgiu a necessidade do Mais Educa São Léo:

Gestor: A ideia vem do governo, é vem da nossa gestão municipal, no final do ano de 2018, justamente por conta da troca do governo federal. Então como teve uma troca do governo federal nós iniciamos 2019 com todos os cortes de políticas públicas, em nível federal, que nós tínhamos como Programa Mais Educação e tudo aquilo que estava implementado com uma política pública de contraturno escolar foi tudo retirado. Então nós aqui do município, dentro da gestão, dentro da Secretaria de Educação, pensamos em implementar o Programa com um recurso próprio do município e fazer um Programa de contraturno escolar, de ampliação da jornada escolar aqui dentro do município.

Percebemos que o corte do Programa Mais Educação a nível federal impactou no município, e o governo municipal buscou uma alternativa de relançar e reformular de acordo com a possibilidade e realidade deles. Além disso, o Programa em sua reformulação foca primeiramente em escolas que atendem alunos em um alto nível de vulnerabilidade social, como explica o Gestor a respeito da escolha das escolas que receberiam o Mais Educa e cita o Caderno Pedagógico<sup>14</sup>:

Gestor: O caderno pedagógico, assim como a implementação, ele vem junto das políticas públicas das escolas prioritárias, que também surgem nesse mesmo ano, ou seja, a gente amplia a quantidade de recursos oferecem mais recursos para as escolas que estão em situação de maior vulnerabilidade no território de maior vulnerabilidade a gente inicia o Programa das escolas prioritárias com 13..., é 13 escolas. Como a gente construiu isso, foi pelo número de crianças, de famílias atendidas com o Bolsa Família. Então a gente

---

<sup>14</sup> Documento criado pela SMED que explica as normas e diretrizes do Programa Mais Educa São Léo.

conseguir a partir daí mapear as escolas que mais estavam em território de vulnerabilidade e então a gente começa também o Mais Educa nessas treze.

Visto isso, o Gestor explica os critérios para ingressar no Mais Educa e se estes são suficientes para incluir socialmente os educandos:

Gestor: Os critérios para atender os alunos, ele vem inspirado no antigo Mais Educação: os alunos que estão com distorção idade/ano, em questões de vulnerabilidade social, crianças que estão com risco de desnutrição e prioritariamente os alunos dos anos finais, por quê? Porque a gente percebe um abandono, uma evasão muito maior nos adolescentes do que nas crianças. [...] Os critérios de ingresso e permanência a gente acredita que sim, que os critérios de ingresso e permanência eles tem dado conta. A gente tem um número de evasão não tão grande quanto a gente já teve.

Percebemos que os critérios do Programa e o perfil de educandos atendidos vem sendo observado, e há indícios de diminuição do índice de evasão escolar, um demonstrativo de que a adesão e permanência das crianças e jovens é crescente.

Nesta questão, a Monitora Articuladora da escola visitada comenta em entrevista sobre a adesão e envolvimento dos educandos nas atividades do Programa:

Monitora Articuladora: Tem uma oficina por dia e todas as crianças gostam e fazem todas as oficinas. Até então ninguém falou: “Ai, não quero fazer oficina! Eu não gosto dessa oficina!”. Só quando tinha a de Arte, aí às vezes não eram tão envolvidos. Agora que mudou para a de Taekwondo eles estão bem mais envolvidos e gostam bastante. Cada vez está aumentando mais o nosso número de estudantes nessa oficina. Todas as propostas têm bastante alunos. Não tem como dizer qual é a que mais tem. Todas têm! Mas acredito, assim, que o que eles mais gostam, eles gostam de todas, mas a que eles têm mais prazer em fazer é a de Taekwondo e a Banda (oficina de música).

É possível identificar durante o período de observação e atuação como voluntária desse apreço de muitas das crianças e jovens pelas propostas de oficinas. Demonstram interesse e de fato participam com dedicação, entusiasmo.

A Oficineira de Meio Ambiente relata sua observação sobre a adesão dos educandos pelas oficinas e comenta em entrevista o que percebe desse engajamento:

Oficineira: Estou no Programa desde 2019. Eu sou oficinaira voluntária de Educação Ambiental e faço a oficina de Meio Ambiente com eles em algumas escolas. Os alunos gostam sim. [...] No meu caso, por ser estrangeira, os alunos sentem curiosidade e logo interesse pela atividade proposta. Temos uma boa acolhida entre nós. As atividades são realizadas em equipe onde são incentivadas as falas e as trocas de conhecimento, trabalhando a parte psicológica. [...] No caso da minha oficina a presença é assídua e as faltas geralmente são por causas alheias a escolha do aluno, por exemplo, chuvas torrenciais ou enchentes.

Diante disto, podemos confirmar que a relação das crianças com as atividades propostas apresenta um bom envolvimento e interesse. Isto reforça a percepção de que o Programa consegue atingir ao objetivo de incluir as crianças no acesso à cultura e lazer. Enquanto voluntária, o convívio permitiu reafirmar, como já dito acima, que os estudantes realmente se envolvem de forma engajada nas oficinas, demonstrando apreço ao participar.

O Gestor de Projetos relatou que há um acompanhamento do desempenho escolar dos alunos(as) participantes do Mais Educa, afirmando que os resultados são positivos, ele afirma:

Gestor: Eu tenho feito um mapeamento dos estudantes sobre a questão do desenvolvimento deles e dos resultados, então a gente tem um tempo que a gente tem percebido e analisado que dentro de um montante de estudantes que participam do Mais Educa com aqueles que reprovam no final do ano é um número extremamente baixo. Então a gente consegue analisar de que o Mais Educa, ele consegue de fato oportunizar que os estudantes consigam aprender e mais do que aqueles que não estão no programa.

É importante que esse acompanhamento ocorra, tanto pela SMED, quanto pela gestão da escola. Justamente por esse demonstrativo de bons resultados, que vem ocorrendo também nas outras escolas onde o Mais Educa está presente, o Gestor de Projetos comenta sobre a ampliação do Programa em 2024, informando em entrevista este desafio:

Gestor: Os desafios notados, na verdade, é que a gente consiga oferecer o Mais Educa para uma quantidade maior de escolas. Dentro do nosso planejamento, ano que vem (2024), nós vamos ampliar para as escolas que ainda não têm. A gente vai totalizar 36 escolas com Mais Educa. Só vai faltar as EMEIS, as escolas de educação infantil, e que não tem necessidade porque elas já são de tempo integral. Então a partir do ano que vem nós vamos ter 100% de Mais Educa na nossa rede nas escolas de ensino fundamental. Esse é o nosso maior desafio, mas já estava planejado já está alinhado e acho que acredito que no ano que vem nós vamos conseguir de fato operacionalizar. O desafio pós pandemia foi os processos de ensino aprendizagem, o Acompanhamento Pedagógico no Programa tem trabalhado com isso.

A partir de 2024 o Mais Educa estará em todas as escolas municipais de ensino fundamental, sendo ofertado também para crianças que não estão em vulnerabilidade. Promovendo assim o acesso as oficinas, ao acompanhamento Pedagógico, ao reforço de Letras e Matemática. Será importante porque muitos ainda apresentam dificuldades relativas ao pós pandemia, mesmo que não se enquadrem no quesito vulnerabilidade social.

A Monitora Articuladora comenta que uma das melhorias que espera do Mais Educa para 2024 é a inclusão de crianças com deficiência e comenta:

Monitora: Eu gostaria muito e acredito que vai ser possível ano que vem a inclusão para as crianças com deficiência, também. Gostaria muito e acredito que ano que vem vai ser possível já incluir essas crianças junto, que é um direito delas de estarem junto conosco no Programa. Acredito que vai ser uma melhoria geral para incluir socialmente e para o funcionamento do Programa, para as crianças ampliem suas relações entre si.

De fato, a inclusão de crianças com deficiência ocorrerá e essa informação foi confirmada pelo Gestor de Projetos em uma reunião com os voluntários em novembro de 2023, a qual estive presente. Várias questões foram levantadas, como por exemplo o planejamento do Acompanhamento Pedagógico, Letras e Matemática, que deverão ser adaptados para atender a dificuldade de cada estudante, o que aparentemente foi acolhido de forma positiva pelos voluntários. Afinal, os educadores sabem que numa sala de aula há essa multiplicidade de perfil dos alunos(as); como os voluntários estão cursando a licenciatura ou já estão formados, compreendem que é desafio constante na educação. É

importante destacar que as crianças são atendidas em pequenos grupos de no máximo 10, permitindo ao voluntário promover atividades com acompanhamento mais direcionado as dificuldades específicas das crianças, e possa adaptar suas propostas para integrar e ensinar de forma mais lúdica e atenciosa.

O Mais Educa já vem atendendo crianças de diferentes perfis e isso foi explicado em entrevista pela Monitora, comentado entre osicineiros e voluntários. Os quais transitam em outras escolas e percebem que as necessidades dos alunos são distintas e precisam ser validadas. Sobre o perfil dos estudantes, a Monitora afirma:

Monitora: Difícil de te dizer um perfil só, mas todos são crianças vulneráveis. Cada um tem ali o seu perfil. Tem quem foi abusado fisicamente, psicologicamente ou sexualmente, tem alunos com ansiedade, tem alunos com depressão, tem alunos com Déficit de Atenção, tem aluno com Autismo..., então assim, não tem como eu passar um perfil geral. Mas assim, não posso dizer também que são só crianças de extrema pobreza, por exemplo; porque tem criança ali que tem alguma coisa. Como é que eu posso ter a palavra certa... Enfim, tem alguma deficiência mental, que é o caso, por exemplo, da (aluna 1) e (aluno 2). O (aluno 2) tem uma doença, não posso afirmar, mas acho que é TOD o nome e ele é uma criança, que sem medicação, é muito agressiva, muito! Então assim, um perfil não tem como eu traçar, são vários. Cada um tem a sua maneira de ser, é um pouco difícil de passar um único perfil.

Exatamente por essa questão de a diversidade já estar presente no Mais Educa, mesmo que indiretamente, osicineiros e voluntários estarão familiarizados com o atendimento a crianças com deficiência. Logicamente é necessário apostar numa formação continuada para todos os atores que atuam no funcionamento do Programa. Embora estes acabem buscando cursos de aperfeiçoamento para atender de forma mais qualificada, a SMED poderia contribuir abrindo mais espaços de acolhida e de formação para a equipe de colaboradores do Mais Educa.

É importante ressaltar que os Monitores Articuladores têm a autonomia e o poder discricional em suas mãos, podendo definir quais crianças irão participar ou não do Programa. Diante disso, pode-se afirmar que no caso da escola investigada, o perfil de alunos participantes vem ao encontro com o perfil de

aluno descrito no Manual. Ou seja, nesta escola o burocrata inclui socialmente no Mais Educa aqueles alunos que realmente precisam desse acolhimento, seguindo os critérios de seleção definidos na elaboração do Programa, executando seu poder discricional de forma coerente e responsável.

A Oficineira entrevistada comenta sobre a importância de ocorrerem esses momentos de compartilhamento de vivências e formação em parceria com a SMED. Embora já ocorrera uma vez, é importante que ocorram de forma mais seguida, como afirma em entrevista:

Oficineira: Acho que podem ser melhorias para os próximos anos, assim como formações ou rodas de conversas entre osicineiros das escolas para melhorar e aproximar os trabalhos[...].

Durante o período em que estivemos na escola foi possível saber também que desde o lançamento do Mais Educa ocorreram apenas dois encontros na SMED com todos osicineiros do Programa. Sendo duas palestras, uma com o tema Autismo e outra com o tema Racismo, conforme citado anteriormente.

Contudo, é relevante repensar sobre esses encontros e promover também uma comunicação mais aberta, tanto da SMED para com as equipes de gestão das escolas, quanto para incluir momentos de escuta da SMED e escolas para com osicineiros e voluntários. Aicineira entrevistada levanta algumas questões ocorridas nos últimos anos:

Oficineira: [...]também é necessário que haja uma comunicação direta entre os diretores das escolas e o gestor do Mais Educa na SMED; sei que o articulador tem que fazer isso, mas às vezes parece que as informações ficam perdidas, ou dão informações diferentes sobre o mesmo assunto e até encontrarem qual a informação correta a seguir, nós colaboradores ficamos perdidos ou ocorrem alguns casos como quando a gestão da escola troca para uma nova gestão que não sabe como funciona o Mais Educa, nem o papel de cada voluntário eicineiro, pra valorizarem nosso papel na escola isso tem que ser diferente... Os diretores têm que saber o que é o mais educa, porque a gente é importante para a escola, o nosso papel na educação das crianças. O Gestor do Mais Educa devia se apresentar nas escolas pelo menos uma vez no ano, sei lá, no início do Projeto, lá em fevereiro..., antes de começar as oficinas, para se apresentar, se colocar à disposição para os diretores para saberem quem é o Gestor do Mais educa na SMED. E temos problemas de atraso de pagamentos

em alguns meses e isso influencia a gestão da escola saber o valor do Programa e ajudar a cobrar que sejamos pagos em dia e mais valorizados.

Ao participar como voluntária e pesquisadora no Mais Educa, é possível perceber que diversos pilares compõem o funcionamento de uma Política Pública. Observamos assim que todo ator social atuante nesse percurso, da elaboração à execução da Política, tem um papel de extrema relevância. Não é possível ter em prática um Programa de sucesso sem tê-lo alinhado com todos os agentes administrativos e atores imersos no mesmo.

Os dados levantados nessa parte da pesquisa apontam que, embora haja limites e desafios para manutenção e organização do Mais Educa, muito de positivo se tem alcançado. Como todo Programa, há adequações e aperfeiçoamentos a serem feitos, mas também existe uma acolhida e promoção de ambiente saudável e seguro acontecendo para muitas crianças e jovens do município.

É necessário considerar os alcances de inclusão social, aumento do índice de aprovação e adesão das crianças e jovens ao ambiente escolar desde o lançamento do Mais Educa. E sim, também buscar estratégias que possam agregar em qualificar os desafios que perpassam o Programa.

Entendemos até aqui que a análise dos atores sociais envolvidos no PME nos permitem refletir a complexidade e o importante papel de cada um. Isso desde a necessidade inicial percebida pelo Gestor de Projetos, motivada pelos cortes de políticas públicas a nível federal, até a reformulação de uma Política municipal. Política que seguiria desenvolvendo o papel de educação integral àqueles que mais precisam.

É importante valorizar esse resultado, de que os critérios de ingresso no PME, a adesão positiva dos estudantes, o engajamento da equipe de colaboradores e trabalho em conjunto até o momento, que ressaltaram o impacto positivo na vida escolar dos alunos(as) participantes.

Embora os desafios existam, é notório o compromisso contínuo com a melhoria, inclusão e expansão do Programa no município. Justamente com isto, espera-se uma comunicação mais eficaz entre os atores sociais que põe em prática o PME, assim como a valorização e promoção de formação aos colaboradores. Ações que aprimorarão mais ainda a implementação e funcionamento do Programa, permitindo-o ganhar destaque como promotor de uma transformação positiva na vida das crianças e jovens atendidos e sendo essa peça fundamental no cenário escolar de São Leopoldo.

### 7.3 Reflexões acerca da experiência em campo em uma escola que recebe o Programa Mais Educa São Léo

A participação como voluntariado no PME permitiu diversas perspectivas da realidade múltipla dessa região. O município apresenta uma pluralidade de perfis sociais, mas na escola visitada, embora não seja a escola que atende o perfil mais vulnerável da zona oeste, conta com grande parte de crianças e jovens com questões de vulnerabilidade social.

Nessa imersão ao PME foi possível elencar o que potencializa o Programa, como: a atratividade do ensino lúdico e das oficinas ofertadas, a segurança e qualidade direcionada aos educandos(as) neste tempo estendido dentro da escola, bem como a garantia da alimentação adequada, incluindo almoço e lanche. O avanço das crianças em distorção idade/ano, o aumento da aprovação escolar, a alfabetização de alunos(as) em idades avançadas e a redução do abandono também são potenciais reconhecidos após a participação dos educandos no Programa.

Tivemos a oportunidade de dialogar com as crianças durante o período de recreio, aulas e oficinas, estas demonstram muito carinho pelo ambiente escolar, trazem em suas falas o apreço por estar com os amigos na escola. Além disso, o envolvimento dos educandos com as oficinas é nítido, não há resistência por parte dos alunos(as) em participar das propostas. Há dias atípicos, onde a criança ou jovem vem de sua casa com alguma situação incomodativa ou que

lhe causara descontentamento. Nestes casos, presenciamos momentos de queixas sobre alguma atividade ofertada no Programa, e/ou do educando preferir não participar de alguma atividade. Contudo, logo há uma intervenção da Monitora Articuladora, que no diálogo em particular com o aluno(a) acaba por descobrir o que de fato o incomoda e aconteceu no ambiente familiar. Desta forma, percebemos que o desinteresse em participar de alguma proposta está sempre ligado a alguma situação pessoal do aluno(a), normalmente de questões familiares.

Voluntariando no Programa, foi possível estar a par de algumas situações trazidas pelos alunos(as), situações essas que resultavam em atitudes citadas acima, de desinteresse em participar da atividade. Nessas situações observamos que o aluno(a) já chegava diferente no Programa, demonstrando através de expressões faciais, verbais ou corporais.

Houve uma situação em que uma aluna chegou muito chateada no PME, demonstrando certa irritabilidade, inclusive com colegas, oficinheiros e voluntários. Neste dia afirmou que não faria nenhuma atividade. A Monitora Articuladora a chamou para conversar em particular e descobriu que estava a ter problemas familiares, situação de violência doméstica entre mãe e padrasto. A Monitora Articuladora tomou as medidas cabíveis e informou a gestão da escola. Acolhemos a aluna e direcionamos para uma atividade diferenciada com o voluntário de Matemática, onde puderam fazer umas atividades de reforço mais individualizadas.

Houve outras situações observadas, além dessa, como o caso de um aluno que chegou com o braço enfaixado e hematomas no rosto. Ao questioná-lo do ocorrido, ele informou que estava num bar a noite e chegaram “uns inimigos dele”; diante disso houve uma briga em que ele apanhou e levou uma facada no braço (esse aluno tem apenas oito anos). Quando o questionamos o que fazia num bar a noite, ele desconversou e não quis contar. Uma criança de oito anos exposta a esse tipo de situação está em extrema vulnerabilidade social.

Certa vez tivemos um caso de importunação sexual e racismo entre os jovens. Foram tomadas as medidas cabíveis para a situação, inclusive o

responsável do jovem acusado foi chamado. Mas, para nossa surpresa, a responsável informou que não compareceria, que ele já havia sido recolhido pelo Conselho Tutelar algumas vezes, e que ela não fazia mais questão de se envolver. Neste caso, não tivemos maiores informações de como findou-se o caso. Este aluno acusado apresentava grande infrequência. Sabe-se que ele ficara uns dias sem ir à escola e depois retornara, seguido de acolhida e diálogos. Mostrava-se um aluno envolvido nas atividades, afetuoso com a equipe, mas com grandes dificuldades de relacionamento para com os seus colegas.

Tivemos conhecimento, através de relatos, de casos de abuso sexual, violência, uso de entorpecentes, insegurança alimentar e pobreza entre as crianças e jovens integrantes do PME nesta escola. Nem todos os casos ocorreram no período das observações, mas foram comentados em determinados momentos em que estivemos compartilhando o ambiente escolar com membros da equipe.

Pudemos perceber que contextos de vulnerabilidade cercam as famílias e, portanto, as crianças e jovens ingressos no PME. Dessa forma, observamos que os educandos realmente fazem parte de um grupo que necessita acolhimento e segurança, tal que tem sido proporcionado pela a escola no período de jornada estendida, reforçando a importância do Programa.

Houve oportunidade de conversar com alguns pais, mães, avós e tias, responsáveis por alunos(as) que participam do Programa e buscavam esses alunos(as) no portão da escola, no final do dia. Em breves diálogos, mesmo que informais, pudemos perceber que as famílias demonstram valorizar o Mais Educa e trazem em suas falas que gostariam que a oferta fosse de segunda à sexta-feira. Tendo em vista que na escola visitada a oferta do PME é de segunda-feira a quinta-feira, como nas demais escolas (o Programa também ocorre quatro vezes na semana).

Além disso, os familiares citam que as crianças e jovens pedem para participar, demonstrando que gostam de estar envolvidos nas atividades ofertadas junto dos colegas e amigos. Uma mãe cita que notou o

desenvolvimento de sua filha, cujo processo de alfabetização decolou durante o ano de participação no Programa, no período pós pandemia. Isso reforça a importância dos voluntários da Pedagogia, responsáveis por elaborar e aplicar atividades de alfabetização e letramento.

Noutro momento, a tia de um aluno explica que fica tranquila por ele estar na escola, já que antes de participar do Programa costumava brincar na rua, e as vezes escapar da vista da família ao brincar com amigos do bairro. São relatos que tivemos de apenas algumas das famílias atendidas; sabemos que muitas famílias acabam por não estar no horário da saída ou entrada dos alunos(as) na escola, devido aos compromissos de trabalho ou afins. Observamos muitas crianças e jovens chegando sozinhos, caminhando até a escola; bem como indo embora também caminhando sozinhos.

É uma realidade marcada por um contexto social em que as famílias se ausentam para garantir um ganho que permita ajudar na despesa familiar, e por isso não conseguem acompanhar diariamente o trajeto de seu filho(a). As famílias que costumavam ir até a escola com sua criança ou jovem traziam as narrativas citadas acima, muitas delas com alívio ao saber que seu filho(a) tem a opção de ficar na escola por mais tempo.

Observou-se também que a vida familiar e pessoal da criança ou jovem reflete muito em suas relações dentro da escola, bem como dentro do Programa. Por mais que as atividades sejam lúdicas e gerem adesão, é notável que quando algo ocorrera fora do ambiente escolar, desestabilizava emocionalmente a criança ou jovem e ele/a não conseguia manter o interesse nas atividades.

Durante a observação não encontramos profissional da área de psicologia dentro da escola, mas foi relatado que há uma profissional que atende duas vezes na semana. O atendimento aos alunos(as) ocorre em grupo, provavelmente porque a carga horária é curta e a profissional procura atender o máximo de alunos dentro do período que está na escola. Além disso, o atendimento é para todos os alunos(as) da escola que apresentem algum comportamento cuja equipe de profissionais julgue necessário passar por atendimentos periódicos com a Psicóloga.

Percebemos certos desafios e limites existentes na implementação do PME e um deles é a ausência de uma equipe de Psicólogos(as) dentro das escolas por um maior tempo, para conseguir atender individualmente a demanda dos alunos(as) que precisam do acompanhamento. Dentre outros desafios enfrentados e citados acima como a frequência dos educandos(as), a formação e manutenção frequentes de reuniões com a equipe de oficinairos, voluntários, monitores e equipes diretivas das escolas, ampliação do PME para todas as EMEFs do município, juntamente com a inclusão de alunos com deficiência a partir de 2024 e por fim, a manutenção das equipes que mantém o funcionamento do Programa nas escolas, evitando a rotatividade.

Essas situações desafiadoras não impedem a participação das crianças e jovens, mas ao se buscarem estratégias para melhorar nesses desafios, pode-se qualificar o ambiente escolar para acolhida dos alunos/as. Para ingressar no PME além de ser necessário ter os critérios já citados e haver vaga disponível, também é necessário a adesão da família. A família precisa aceitar e se dispor a contribuir para que o aluno beneficiado tenha presença garantida no PME. Segundo a Monitora Articuladora, as famílias aguardam vaga para que seu filho(a) participe e até o momento não houve caso de convite recusado.

Sabemos que são questões a serem observadas e avaliadas pela gestão pública municipal, e a equipe que gere o PME na SMED deve procurar a melhor maneira de encarar esses desafios para manter a funcionalidade do Programa que tem promovido positivos movimentos na formação das crianças e jovens. A atuação cuidadosa de toda a equipe envolvida, até mesmo com situações da vida pessoal das crianças e jovens, demonstra a necessidade de sua continuidade, aprimoramento e investimento enquanto Política Pública Municipal.

## 8. CONCLUSÃO

O presente trabalho contribuiu para identificarmos o funcionamento, critérios e fundamentos do Programa Mais Educa. Foi possível também compreender a realidade socioeconômica das crianças atendidas e perceber que na maioria são crianças em vulnerabilidade social. Muitas delas estão em distorção idade-ano. Além disso, pudemos observar que em coerência com um dos critérios do PME, temos crianças inseridas que estão lá para ter acesso a lazer, cultura e esporte.

Nesse processo de estudo e compreensão do PME, foi desenvolvida uma análise bibliográfica da discricionariedade e da autonomia, porque quando falamos em política pública, também estamos falando de agentes que estão pondo em prática sua forma de entender o contexto. Se ela é uma política que está sendo posta em prática por um profissional, automaticamente os critérios pessoais deste virão a influenciar sua implementação. No caso do Mais Educa, na escola observada, a Monitora Articuladora demonstrou beneficiar o perfil de criança e jovem estritamente de acordo com os critérios do Programa, obedecendo ao Manual.

Diante disso, concluímos que a discricionariedade faz toda a diferença quando uma política pública está sendo gerenciada. O ator social que está lá na ponta da política, neste caso, em cada escola que atende ao Mais Educa, escolhendo qual criança vai participar, tem que incluir as crianças dentro dos critérios exigidos no Manual. Se o burocrata resolve incluir crianças que não estão nesses critérios, o Programa passa a não atender quem de fato deve estar incluso e desencontra-se daquilo que é proposto. Ou seja, a política não vai funcionar da maneira que deveria.

Pode-se também perceber os desafios existentes através das entrevistas e da observação participante. A narrativa dos entrevistados traz por exemplo, a gestora que reclama do atraso dos salários, da falta de uma data fixa para os pagamentos, precarização do vínculo de trabalho, falta de formação continuada e de rodas de conversa com a Secretaria de Educação. São desafios que

precisam urgentemente ser priorizados e superados. Observou-se outros limites citados na análise dos dados, como falta de materiais para poder desenvolver as oficinas; contudo, conclui-se que esses achados de pesquisa podem vir a contribuir para a melhoria do Programa, podendo ser pauta nas futuras reuniões da equipe de Projetos da SMED do município, em busca de possíveis soluções. Para que haja uma contribuição efetiva da pesquisa, atendendo ao último objetivo específico, se está pensando em uma devolutiva para a Escola e Secretaria, se houver interesse, após a defesa, com a incorporação de sugestões da banca.

O acompanhamento pedagógico foi/é indispensável no período pós-pandemia, trazendo essa importância de olhar para as crianças que tiveram aprovação sem ter tido aula presencial. E todos os avanços positivos que o Mais Educa evidencia, justamente porque olha para essas crianças, olha para a escola pública e busca encarar os desafios que ela tem, de uma forma que potencialize essa criança, que lhe oportunize o que lhe é direito constitucional.

Um último limite observado, além dos que já foram citados, é a questão das famílias que não conseguem manter o aluno(a) no PME, ou mesmo inseri-lo(a), pois há fila de espera. Isso pode ser considerado um limite, um desafio a ser superado, bem como a precarização do vínculo da equipe que atua no PME. Para obterem-se bons serviços públicos, precisamos de bons planos de carreira para os profissionais, em todos os níveis, e não de precarização do trabalho. São questões que podem ser dialogadas com a gestão do Programa com a finalidade de buscar estratégias para melhorar a abordagem, nesses casos.

A realização desta pesquisa foi um encontro da Pedagogia com o mundo das Ciências Sociais. Foi acionar a bagagem enquanto Pedagoga, estar dentro de uma escola, envolvida com a educação, por estar estudando-a, por ter feito observações na escola; mas ao mesmo tempo, olhar esse campo com os olhos das Ciências Sociais, para quais os meios podemos pensar e agir para encaminhar questões sociais. Compreendo que o PME tem um viés pedagógico, mas além de incluir socialmente, a política nos permite refletir sobre a amplitude de papéis sociais que acaba exercendo. No processo de análise, surgiram muitos questionamentos que não demos conta de analisar agora, ficando para

futuras pesquisas. Perguntas importantes, como o porquê precisamos de mais tempo para formar integralmente nossas crianças e jovens? Por que não ofertamos oficinas também para o turno regular e demais alunos(as) nas escolas brasileiras? A pandemia demonstrou urgência de políticas públicas que acolhessem as crianças, como o exemplo do acompanhamento pedagógico inserido no PME; isso foi efetivamente atingido? Os currículos são repensados em relação à maneira em que as cidades se expandem e as infâncias se modificam, bem como as sociedades? Qual sentido temos dado enquanto cientistas e educadores para a escola e seu papel?

Encontrar o Mais Educa na trajetória do mestrado foi isso, conseguir conciliar o interesse pela escola, pela educação, juntamente com o interesse em olhar e aprender sobre as questões sociais, os conflitos, as desigualdades e as políticas públicas para encaminhá-los. Ampliou-se o olhar desta pesquisadora, que amadureceu para seguir pesquisando o campo da educação na interface com as ciências sociais.

Por mais que a Sociologia tenha sido uma abertura de caminhos, de ampliação do olhar, de percepções sobre a vida em si, sobre a sociedade, sobre as crianças, sobre o papel da escola e das Políticas, também foi um momento de conectar questões internas. Pode-se dizer que com a sensação de missão cumprida, encerramos esta pesquisa. Acredito que o fim de uma coisa é sempre o início de outra.

Com certeza o Programa analisado poderia ir muito adiante, poderia se estender para outras escolas, poderia se relacionar com outros temas. Porque o Mais Educa tem muito potencial e ainda tem muita coisa para ser dita sobre ele. Embora seja um Programa novo, ainda sem volume de publicações acerca dele, já podemos refletir sobre inúmeros reflexos das propostas realizadas. Assim como a discricionariedade, que pode ser analisada em todas as outras escolas. Há muito para saber e não é possível fazer isso de uma vez só, numa pesquisa só; indica-se a realização de mais estudos de caso, em diferentes escolas.

Aos poucos se constroem possíveis soluções para problemas sociais, assim como aos poucos nós nos construímos como pesquisadoras/es. A

pesquisa transforma a vida daqueles que a fazem e é esse o importante papel na construção pessoal que nunca estará finalizada, pois o caminho se faz ao caminhar.

## 10. REFERÊNCIAS

- BATEY, M.; LEWIS, F. **Esclarecendo a autonomia e a responsabilização no serviço de enfermagem: Parte 1**. The Journal of Nursing Administration, Hagerstown, MD, v. 12, n. 9, p. 13-18, 1982.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa Educação em Tempo Integral. (s/d), (s/p). Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral> > Acesso em: 12 out. 2023.
- CHAVES, M. do P. S. R. (2018). **POBREZA X INCLUSÃO SOCIAL: DILEMAS E DESAFIOS POLÍTICO, SOCIAL E AMBIENTAL**. REVISTA ESMAT, 10(15), 105–130.
- CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O Significado Da Formação Continuada Docente**. 4º CONPEF. Universidade Estadual de Londrina. Jul. Londrina: 2009.
- Convênio vai permitir que estudantes leopoldenses participem de escolinhas do Aimoré. **Redação ABC+**, [São Leopoldo], 20 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.abcm.com/brasil/rio-grande-do-sul/convenio-vai-permitir-que-estudantes-leopoldenses-participem-de-escolinhas-do-aimore/#:~:text=O%20prefeito%20Ary%20Vanazzi%20assinou%2C%20nesta%20ter%C3%A7a-feira%20%2819%29%2C,nas%20categorias%20de%20base%20e%20escolinhas%20do%20clube>> Acesso em 21 dez. 2023.
- CORAZZA, Sandra Mara. **Planejamento de ensino como estratégia de política cultural**. In. MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.) Currículo: questões atuais. Campinas: Papyrus, 1997. p. 103-143.
- CURY, C. R. J.; CUNHA, C. da (Org.). **O Manifesto educador: os pioneiros 80 anos depois**. Rev. bras. Estud. pedagóg., Brasília, v. 96, n. esp., 2015.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCO, Maria L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005.
- GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*. v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Citação APA: Godoy, A. S. (1995).
- GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Machado. **Um olhar sobre a cultura**. Educ. rev. Vol. 30 nº 3. Jul./Set. Belo Horizonte: 2014.
- GONÇALVES, Antonio Sérgio. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral**. Cadernos Cenpec | Nova série, [S.l.], v. 1, n. 2, aug. 2006. ISSN 2237-9983
- HUPE, P. **Dimensions of discretion: specifying the object of street-level bureaucracy research**. DMS-Der Moderne Staat, [S.l.], v. 2, p. 425-440, 2013.

LECLERC, Gesuína de Fátima E.; MOLL, Jaqueline. **Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 91-110, jul./set. 2012. Editora UFPR.

LAVINAS, Lena. **Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática**. Econômica, v. 4, n. 1, p. 25-59, junho 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, v. 38, n. 1, p. 13-28, São Paulo: 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: pedagogia crítico social dos conteúdos**. 21ª edição. São Paulo: Loyola, 2006.

LOTTA, G; SANTIAGO, A. **Autonomia e discricionariedade: matizando conceitos-chave para o estudo de burocracia**. *BIB*, n. 83(1), p. 21-42, 2017.

MELO, Francymonni Y. M. de. **Existem princípios de justiça equitativa na educação? Um estudo de programas educacionais executados pelo fundo nacional de desenvolvimento da educação**. ANPOCS, Finalistas do Concurso ANPOCS de Teses e Dissertações – Categoria Mestrado. Natal, 2020.

MOREIRA, Antônio Flávil Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Ver. Bras. Educ. nº 23. Mai./Ago. Rio de Janeiro: 2003.

MOTTA, Pierre Cerveira; ROMANI, Patrícia Fasolo. **A educação socioemocional e suas implicações no contexto escolar: uma revisão de literatura**. *Psicol. educ.* no.49 São Paulo jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, Marcos Ramos de. **Discricionariedade em políticas públicas: O princípio da reserva do possível e o limite para atuação do Poder Judiciário**. 2022. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/98323/discricionariedade-em-politicas-publicas>>

PIO, Camila Aparecida; Czernisz, Eliane C. da Silva. **A educação integral no mais educação: uma análise do programa**. Educação. Santa Maria | v. 40 | n. 1 | p. 241-254 | jan./abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Redes de enfrentamento às desigualdades: como construir redes entre gestão, docência e pesquisa**. Canal Humanidades Unisinos. 06/abril/2022. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LNSdm0Gn-U>> 1h48min01seg.

Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (2017). **A pobreza e a exclusão social : teorias conceitos e políticas sociais em Portugal**. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 9.

ROCHA, Ana L. C. da; ECKERT, Cornelia. **ETNOGRAFIA: SABERES E PRÁTICAS**. Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. Trabalho e Emprego • Estud. av. 18 (51) • Ago 2004.

SANDDY, André. **Elementos essenciais da definição de discricionariedade administrativa**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), 7(2): 147-165. 2015. Disponível em:

<<https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2015.72.05/4722>>

- SANTOS, Genivaldo de S.; JÚNIOR, João Ferreira da S. **A formação do sujeito e poder disciplinar em Michel Foucault e sua relação com o capitalismo.** Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. Presidente Prudente, 2015.
- SCOTT, Juliano B. et all. **O CONCEITO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO ÂMBITO DA PSICOLOGIA NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. 2018.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO SÃO LÉO. **Manual Pedagógico: Diretrizes e Orientações.** São Leopoldo: 2022.
- SILVA, Polyana B. da; et. al. **Observação como Técnica de Pesquisa Qualitativa: Panorama em Periódicos Contábeis Brasileiros.** 1º Congresso de Iniciação Científica - CCGUnB. Brasília: 2018
- SILVA, Rogério L. N. da; MATTIELLO, Darléa C. P. **POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: O EQUILÍBRIO ENTRE A DISCRICIONARIEDADE E A VINCULATIVIDADE ADMINISTRATIVAS.** Rev. de Direito Sociais e Políticas Públicas| e-ISSN: 2525-9881| Maranhão | v. 3 | n. 2 | p. 105 - 121 | Jul/Dez. 2017.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Ver. Sociologia, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45. Porto Alegre: 2006.
- ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **A Educação Integral no Brasil.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1353-1360, out./dez. 2013.

## **10 ANEXOS**

**ANEXO 01:** Ficha de autorização – Termo de Compromisso Mais Educa 2023

**TERMO DE COMPROMISSO MAIS EDUCA 2023**

PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_

–

TELEFONE PARA CONTATO: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_  
responsável pelo aluno (a) \_\_\_\_\_  
da turma: \_\_\_\_\_, estudante da EMEF \_\_\_\_\_ comprometo-me a atender os  
critérios abaixo relacionados para frequentar as aulas no Projeto MAIS EDUCA SL, no  
contra turno escolar.

Horários: Manhã das 10h às 13h ( ) Tarde das 11h30min às 15h ( )

- Observar com atenção o horário de início e término, pois não dispomos de outros profissionais para cuidar dos alunos que já foram liberados.
- **Evitar faltas**, pois haverá chamada com registro de frequência. ( 5 faltas consecutivas será cancelada a participação do aluno(a) na oficina).
- Se o responsável não autorizar a participação no projeto MAIS EDUCA, deverá comparecer na escola para assinar o termo de desistência. A escola comunicará a SMED do desligamento do aluno no espaço, visto a necessidade do encaminhamento.
- O aluno deverá escolher no mínimo duas oficinas para participar.
- Os alunos que participarem do projeto ganharão almoço na escola.

( ) DANÇA ( segunda-feira)

( ) TAEKWONDO ( terça-feira)

( ) MEIO AMBIENTE ( quarta-feira)

( ) BANDA ( quinta-feira)

AUTORIZO A IR EMBORA SOZINHO NO FINAL DA AULA: ( ) SIM ( ) NÃO

ASS: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_. \_\_. 2023

qualquer dúvida entrar em contato através do whatsapp: 51 983491286 identificar aluno(A).  
Coordenadora MAIS EDUCA EMEF E \_\_\_\_\_

**Anexo 02:** Termo de consentimento informado para observação a campo



### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA OBSERVAÇÃO A CAMPO

Identificação da pesquisadora:  
Nome: Amanda Couto Dias  
CPF: 034553240-61  
E-mail: [amandacoutodias@gmail.com](mailto:amandacoutodias@gmail.com)  
Telefone: 51-999719532  
Início: 26/06/2023  
Término: 13/12/2023

Eu, acima, identificada, na condição de mestranda e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sob orientação da professora e doutora Marília Veríssimo Veronese, realizando uma pesquisa sobre o Programa Mais Educa São Léo, solicito a autorização para observar o Programa Mais Educa São Léo, em seu período de execução, duas vezes na semana, segundas-feiras e quartas-feiras, das 10h às 16h, durante 47 dias, na Escola Municipal de Ensino Fundamental [REDACTED]. Em razão disso, me comprometo a observar e respeitar as regras internas da instituição, preservando sigilo e confidencialidade quanto às informações as quais tiver acesso durante a observação.

São Leopoldo, 26 de junho de 2023.

Escola Municipal de Ensino Fundamental

[REDACTED] RD C [REDACTED] -----  
[REDACTED] o nº 3/1991  
[REDACTED] c. - Pa 14/92  
[REDACTED] ta Mun 1/08/98  
[REDACTED] 571 - B umont  
[REDACTED] - SÃO LEOPOLDO - RS



ESCOLA [REDACTED]  
Rua Maç [REDACTED]  
Telefone [REDACTED]  
São Leopoldo [REDACTED]

#### ATESTADO DE TRABALHO VOLUNTÁRIO

Atestamos que, Amanda Couto Dias, portadora do CPF 034553240-61, participou como voluntária do Programa Mais Educa São Léo, exercendo a atividade de Acompanhamento Pedagógico aos alunos de 3º à 5º ano, duas vezes na semana, cumprindo a carga horária de 14h/semanais, sendo 12 h/semanais promovidas na Escola e 2h/semanais de orientações com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), durante 47 dias, iniciando em 26/06/2023 e concluindo em 13/12/2023.

Cordialmente,

Escola Municipal de Ensino Fundamental

[REDACTED] 11991  
de Fune. - 14/92  
Decreto Mi 08/98  
naria. 511 - Santo Carlos Dumont  
] - SÃO LEOPOLDO - RS

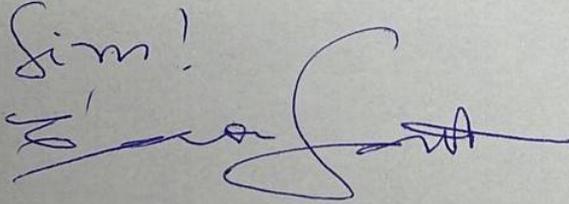
**Anexo 04: Termo de consentimento livre esclarecido (entrevistas individuais)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(ENTREVISTAS INDIVIDUAIS)**

Você está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa realizada pela Amanda Couto Dias, mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação da professora e doutora Marília Veríssimo Veronese. Você participará de uma entrevista, ou seja, de uma conversa guiada por algumas questões. Esta conversa terá duração de aproximadamente trinta minutos à uma hora e será gravada em áudio. Sua identidade será confidencial e os nomes reservados. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins de pesquisa, sendo os mesmos devidamente armazenados pela pesquisadora. A sua participação é voluntária e terá a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo. A pesquisa possui riscos mínimos, por se tratar de uma conversa que oportuniza reflexão e respeito aos seus tempos. Se a entrevista ocasionar algum tipo de mal-estar cessaremos imediatamente a mesma.

Em caso de dúvida ou novas perguntas você pode entrar em contato com a pesquisadora, pelo email [amandacoutodias@gmail.com](mailto:amandacoutodias@gmail.com), bem como por meio de contato telefônico: Amanda (51)99971-9532 ou Marília (51)98119-6239. Você receberá resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa.

O seu consentimento será gravado após a leitura deste termo. Aceita participar da pesquisa?

SIM  NÃO

Sim!  


**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO  
(ENTREVISTAS INDIVIDUAIS)**

Você está sendo convidada/o para participar de uma pesquisa realizada pela Amanda Couto Dias, mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação da professora e doutora Marília Veríssimo Veronese. Você participará de uma entrevista, ou seja, de uma conversa guiada por algumas questões. Essa conversa terá a duração de aproximadamente trinta minutos à uma hora e será gravada em áudio. Sua identidade será confidencial e os nomes reservados. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins de pesquisa, sendo os mesmos devidamente armazenados pela pesquisadora. A sua participação é voluntária, terá a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízo. A pesquisa possui riscos mínimos, por se tratar de uma conversa que oportuniza reflexões e respeito aos seus tempos. Se a entrevista ocasionar algum tipo de mal-estar, cessaremos imediatamente a mesma.

Em caso de dúvidas ou novas perguntas você pode entrar em contato com a pesquisadora, pelo e-mail [amandacoutodias@gmail.com](mailto:amandacoutodias@gmail.com), bem como por meio de contato telefônico: Amanda (51)99971-9532 ou Marília (51)98119-6239. Você receberá a resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa.

O seu consentimento será gravado após a leitura desse termo. Aceita participar da pesquisa?  SIM/NÃO

Bianca Machado

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO  
(ENTREVISTAS INDIVIDUAIS)**

Você está sendo convidada/o para participar de uma pesquisa realizada pela Amanda Couto Dias, mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação da professora e doutora Marília Veríssimo Veronese. Você participará de uma entrevista, ou seja, de uma conversa guiada por algumas questões. Essa conversa terá a duração de aproximadamente trinta minutos à uma hora e será gravada em áudio. Sua identidade será confidencial e os nomes reservados. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins de pesquisa, sendo os mesmos devidamente armazenados pela pesquisadora. A sua participação é voluntária, terá a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízo. A pesquisa possui riscos mínimos, por se tratar de uma conversa que oportuniza reflexões e respeito aos seus tempos. Se a entrevista ocasionar algum tipo de mal-estar, cessaremos imediatamente a mesma.

Em caso de dúvidas ou novas perguntas você pode entrar em contato com a pesquisadora, pelo e-mail [amandacoutodias@gmail.com](mailto:amandacoutodias@gmail.com), bem como por meio de contato telefônico: Amanda (51)99971-9532 ou Marília (51)98119-6239. Você receberá a resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa.

O seu consentimento será gravado após a leitura desse termo. Aceita participar da pesquisa? SIM/NÃO

SIM ✓ Magalhães R. Brito de Lima.

## 11 APÊNDICES

### Apêndice A: Roteiro das entrevistas semiestruturadas

Roteiro de entrevista 01: Assessor pedagógico de projetos da Secretaria Municipal de Educação	
Questões a serem abordadas:	
01	Você estava no cargo quando o programa surgiu no município? Como surgiu a ideia de implementação do programa e como ocorreu a organização para iniciar o processo de implementação nas escolas?
02	Como ocorreu a definição dos critérios para atender os alunos? As famílias tiveram participação em algum momento?
03	Os critérios de ingresso e permanência dos alunos têm se mostrado adequados? Se identifica limites, quais seriam? Existe evasão significativa? Ou rotatividade de alunos? Há algum controle de evasão? Ao que se atribuem as evasões? Há mecanismos que evitem as evasões ou reintegrem estes alunos evadidos?
04	Como os agentes que integram a organização do programa foram escolhidos? Bem como monitores e oficinairos?
05	Como tem sido a permanência dos estudantes nas atividades e o aproveitamento/efetividade/participação nas atividades/desempenho (socioemocionais e cognitivos)? Quais os resultados esperados versus os reais?
06	O que se espera em relação à inclusão social dos alunos participantes para os próximos anos?
07	O mais educa se relaciona com os outros programas da SMED? Se sim, de que forma?

08	Quais os desafios notados no mais educa pós pandemia?
----	---

Roteiro de entrevista 02: Monitor articulador	
Questões a serem abordadas:	
01	Há quanto tempo atua no programa? Como funciona o seu trabalho?
02	Como são divididas as oficinas? Os alunos têm demonstrado interesse e participação nas propostas?
03	Há desafios no desenvolvimento das atividades? Se sim, quais?
04	Quais as propostas que mais têm adesão dos alunos? Por quê?
05	O que pode ser modificado ou incluído na rotina de atividades?
06	Quais os desafios notados no mais educa pós pandemia?
07	Qual o perfil de criança atendida no programa?
08	Quantas crianças há na escola? Quantas são meninas e quantos são meninos? Destas crianças, quantas são meninas negras e indígenas e quantos são meninos negros e indígenas?
09	Como tem sido a relação das famílias cuja criança é atendida no programa? Destas famílias, quantas são atendidas pelo programa bolsa família?
10	O que se espera do programa para os próximos anos em relação a inclusão social?
11	Dê uma sugestão de melhoria para o funcionamento do programa.

Roteiro de entrevista 03: Oficineira	
--------------------------------------	--

Questões a serem abordadas:	
01	Há quanto tempo atua no programa? Como funciona seu trabalho?
02	Qual a sua oficina? Os alunos têm demonstrado interesse?
03	Quais os desafios enfrentados no desenvolvimento das atividades?
04	Como foi/é sua aproximação e acolhida para com os alunos? Explique.
05	O que acredita poder ser modificado ou incluso na rotina de atividades?
06	Quais os desafios notados pós pandemia?
07	Como descreveria o perfil dos alunos atendidos no programa?
08	Sobre as presenças e faltas, como observa essa questão na sua oficina? Há muitas faltas? Se sim, geralmente quando?
09	Qual a sua formação? Há alguma formação continuada para oficinairos do programa?
10	Dê uma sugestão de melhoria para o funcionamento do programa.

## Apêndice B: Respostas das entrevistas

Assessor pedagógico de projetos da Secretaria Municipal de Educação
Bom, eu estava, eu participei de todo o processo de criação do Programa. A ideia vem do governo, é vem da nossa gestão municipal, no final do ano de 2018, justamente por conta da troca do governo federal. Então como teve uma troca do governo federal nós iniciamos 2019 com todos os cortes de políticas públicas, em nível federal, que nós tínhamos como Programa Mais Educação e tudo aquilo que estava implementado com uma política pública de contraturno escolar foi tudo retirado. Então nós aqui do município, dentro da gestão, dentro da Secretaria de Educação, pensamos em implementar o Programa com um recurso próprio do município e fazer um Programa de

contraturno escolar, de ampliação da jornada escolar aqui dentro do município. Então eu participei de todo esse processo de implementação, eram reuniões feitas entre mim, a minha diretora pedagógica, e o próprio secretário de educação da época que permanece até hoje. Então a gente junto, a gente foi montando, eu fui escrevendo o caderno pedagógico, com as orientações, as diretrizes e tudo mais. O caderno pedagógico, assim como a implementação, ele vem junto das políticas públicas das escolas prioritárias, que também surgem nesse mesmo ano, ou seja, a gente amplia a quantidade de recursos oferecem mais recursos para as escolas que estão em situação de maior vulnerabilidade no território de maior vulnerabilidade a gente inicia o Programa das escolas prioritárias com 13, 13 escolas. Como a gente construiu isso, pelo número de crianças, de famílias atendidas com o Bolsa Família. Então a gente conseguir a partir daí mapear as escolas que mais estavam em território de vulnerabilidade e então a gente começa também o Mais Educa nessas 13. Foram chamadas as diretoras dessas 13 escolas, apresentado um primeiro panorama, e junto com elas a gente desenhou o que o Mais Educa é até hoje. Funcionando 4 vezes por semana, com 2 horas de oficina pela manhã, 2 horas de oficina pela tarde, mais 1 hora de almoço. Até então não tinha o Acompanhamento Pedagógico com a UNISINOS. O Acompanhamento Pedagógico da UNISINOS ele surge no período pós pandemia.

Os critérios para atender os alunos ele vem inspirado no antigo Mais Educação, os alunos que estão com distorção idade/ano, em questões de vulnerabilidade social, crianças que estão com risco de desnutrição e prioritariamente os alunos dos anos finais, por quê? Porque a gente percebe um abandono, uma evasão muito maior nos adolescentes do que nas crianças, e as famílias não tiveram participação do processo, quem teve foram os estudantes, eles foram abrir uma evasão muito maior nos adolescentes do que nas crianças tá e as famílias tiveram as famílias não tiveram participação do processo quem teve alguns estudantes, eles foram escutados nas assembleias nas escolas, através dos grêmios estudantis.

Os critérios de ingresso e permanência a gente acredita que sim, que os critérios de ingresso e permanência eles tem dado conta. A gente tem um número de evasão não tão grande quanto a gente já teve hoje. Nós temos um

setor na Secretaria chamado de Busca Ativa e ele tem 4 profissionais lá que mapeiam esses casos de evasão e costumam buscar os estudantes, inclusive fazer visitas a essas famílias. A rotatividade dos alunos ela não é grande, nas oficinas ela precisa ser, no acompanhamento pedagógico, porque justamente a ideia não é de que eles fiquem ali perpetuando, perpetuando ali dentro daquele local não é.

Então a ideia é que eles possam ir sanando as dúvidas e dando lugar para outros que vão acabar tendo dificuldades como a outra questão do controle de evasão, justamente como eu disse. Nós temos um setor na Secretaria que trabalha dentro do Pedagógico que se chama Busca Ativa, tá?! Então ele é composto por profissionais da área da Educação, da Assistência Social e da Psicologia. Eles fazem visitas, eles mapeiam essas famílias que estão com os alunos que estão em evasão, eles visitam e vão fazer esse resgate.

Os agentes que integram a organização do Programa basicamente sou eu. Fui escolhido pelo Secretário de Educação e da minha diretora, para assumir a organização. E eu tenho uma equipe de projetos, que eu conto com uma professora de Língua Portuguesa, que trabalha com a Leitura nas escolas. Então a gente tenta articular com o Mais Educa. As atividades de Artes são monitoradas pela (nome 1) e pelo (nome 2). Então as de Artes e de Música. As atividades Esportivas são com a (nome 3), que também compõem a minha equipe. nós temos a (nome 4) que é da Assessoria Escolar, e ela conhece muito bem a rede, e ela que ela faz o Acompanhamento Pedagógico e a articulação da Unisinos. A composição desse grupo sou eu, que fui eu que constitui. E os Monitores e Oficineiros é de total autonomia da escola. A escola tem autonomia, num processo democrático, de escolher os monitores. O Monitor Articulador que precisa ser uma pessoa próxima da realidade da escola, próxima da diretora, alguém que conheça a comunidade pra poder fazer a articulação. Os oficineiros vão de acordo com o interesse dos estudantes, a gente alcança alguns nomes, alguns contatos de oficinas que fazem um bom trabalho e as escolas vão montando essa grade.

Eu tenho feito um mapeamento dos estudantes sobre a questão do desenvolvimento deles e dos resultados, então a gente tem um tempo que a gente tem percebido e analisado que dentro de um montante de estudantes

que participam do Mais Educa com aqueles que reprovam no final do ano é um número extremamente baixos. Então a gente consegue analisar de que o Mais Educa ele consegue de fato oferecer a oportunizar que os estudantes consigam aprender e mais do que aqueles que não estão no mais educa. A gente tem a gente tem conseguido analisar no montante de, por exemplo, assim, escolas que atendem 300 alunos no mais educa no total e tinha 3 ou 4 reprovados. Então toda essa análise foi feita no ano passado. Porque 2021 a gente não teve retenção (reprovação), nem 2020 e nem 2021. No ano de 2019 já tínhamos um resultado positivo. Ano passado que foi 2022, no primeiro ano que teve reprovação no pós pandemia, a gente também analisou teve só 2 casos, é... Mais frágeis de escolas e foram pontuais com alguns professores, que a gente já está trabalhando com o professor.

Todos os Programas da Secretaria se relacionam. São Políticas Públicas que beneficiam nossos estudantes. Não há ação isolada, tudo dialoga entre si. Temos a Leituração, Jogos Escolares Municipais, Banda Municipal Estudantil, Canoagem, Futebol de Campo Aimoré, Tênis Clube, Vida com Arte.

A questão da inclusão social dos alunos, sobre o que que é a relação a inclusão social... o Mais Educa se relaciona, na verdade o Mais Educa ele é um grande guarda-chuva. Tudo que a gente faz dentro da Secretaria ele tem a ver com Mais Educa, ele dialoga com todos os nossos projetos Leituração, projetos de esporte, projetos de artes, Pequeno Príncipe (escola de arte da rede), tudo, próprias escolas prioritárias, tudo é amarrado.

Os desafios notados, na verdade, é que a gente consiga cada vez mais oferecer o Mais Educa para a quantidade maior de escolas. Dentro do nosso planejamento, ano que vem, nós vamos ampliar para as escolas que ainda não tem. A gente vai totalizar 36 escolas com Mais Educa. Só vai faltar as EMEIS, as escolas de Educação Infantil, e que não tem necessidade porque elas já são de tempo integral. Então a partir do ano que vem nós vamos ter 100% de Mais Educa na nossa rede nas escolas de ensino fundamental. Esse é o nosso maior desafio, mas já estava planejado já está alinhado e acho que acredito que no ano que vem nós vamos conseguir de fato operacionalizar. O desafio pós pandemia foram os processos de ensino aprendizagem, o Acompanhamento Pedagógico no Programa tem trabalhado com isso.

Entendi eu achei que Inclusão Social tu estava querendo dizer sobre os alunos de inclusão, que são os alunos com deficiência, esses a gente já tá ampliando cada vez mais o acesso deles as atividades de contra turno. Sim, o Programa ele tem, ele é a base, a essência do Programa Mais Educa, é de Inclusão Social. Porque a gente está ampliando a jornada da escola. Ao invés de ser 4 horas ela passa a ser de 7 horas diárias. Nós temos, além do Mais Educa na escola, nós temos todas as atividades descentralizadas, no qual a gente desloca os estudantes para participar da Canoagem, do PEI, da escola de Artes Pequeno Príncipe, do Vida com Arte da Unisinos, do projeto de Futebol de Campo do Aimoré, o projeto de Tênis lá no Tênis Clube. Então a gente equaliza essa distribuição de vagas, e por vezes esses estudantes não ficam só 7 horas, eles ficam às vezes 9 horas, 8 horas, do seu dia envolvido com alguma atividade. Porque por exemplo, o que vai no PEI, ele passa uma tarde inteira no PEI, e de manhã ele está na escola e ainda recebe o almoço. Porque a gente considera que a refeição é literalmente importante. Por isso assim, a Inclusão Social ela é a raiz do Programa, justamente por ofertar as vagas prioritariamente para os adolescentes que estão em vulnerabilidade social e depois a gente consegue abrir até inclusive para as crianças em algumas escolas que têm demanda de crianças que são vulneráveis. A supervisão tem um cuidado muito intenso pra poder fazer a seleção dessas vagas. Eu tenho acompanhado e de fato as crianças que estão participando do Programa são crianças que estão em situação de vulnerabilidade, situação de fome, situação de não ter uma moradia adequada pra poder viver, as condições básicas, mínimas. O Programa, ele tem sim esse cunho social, até porque a classe média consegue acessar essas políticas de Esporte, de Artes, de Cultura, de Tecnologia, porque elas têm condições financeiras, elas têm recurso pra poder pagar uma aula de Futebol, pra pagar uma aula de Natação, pra pagar um curso de Inglês. A classe média a gente sabe que tem, e a nossa, o nosso recurso, os nossos alunos, eles não tem esse recurso, então a gente precisa enquanto gestão oferecer Política Pública para o acesso a esses campos de saberes. A criança, nossa criança, ela tem o direito a ter acesso ao Esporte, a Cultura, ao Lazer a Tecnologia, a Arte, a Informa o, é nesse sentido.

Te peço desculpas pela demora. Mas é que realmente assim, não é só tu que tá fazendo pesquisa sobre o Mais Educa. A gente tem sido, eu no caso, tenho sido bombardeado por questionários, por formulários, por entrevistas, de tudo que tu possa imaginar. Eu realmente não consegui dar conta do meu trabalho. Setembro é o mês louco na Secretaria, porque nós temos a Motic, nós temos a Feira do Livro, na Feira do Livro nós levávamos para a feira 1500 estudantes por turno, durante 10 dias. Eram 3000 alunos por dia que a gente mexia. Por 10 dias. E teve mais a Motic, que foi uma semana, daí também teve os jogos, jogos Motic, a rústica Motic. Foi uma insanidade! Como eu te falei, não é só tu que está fazendo pesquisa sobre o Mais Educa, muita gente. E ficam me pedindo tabelas, ficam me pedindo o Caderno Pedagógico, ficam me pedindo leis, e entrevista. Assim, eu não estou conseguindo dar conta de tanta demanda. Realmente só consegui hoje, mas assim eu não te atendi antes porque de fato eu não consegui. Não deu tempo. Uma boa pesquisa pra ti. Espero que te ajude.

#### Monitora Articuladora

Eu tô no aqui há 4 meses. Trabalho de segunda à quinta. Minha responsabilidade organizar e sistematizar as atividades da semana, dentro e fora da escola, participar de reuniões administrativas e pedagógicas, também de conselho de classe, controlar o preenchimento de planilhas dosicineiros e bolsistas da UNISINOS, auxiliar e substituir eles se necessário, organizar a articulação do Mais Educa junto com a equipe diretiva e junto da SMED e Secretaria de Esportes, acompanhar as crianças no almoço no refeitório da escola, selecionar os alunos que serão inclusos no Mais Educa e encaminhar a ficha de autorização<sup>15</sup> e convite para a família da criança que irá participar. As oficinas são divididas. Uma oficina por dia no caso, de segunda a quinta. Tem uma oficina por dia e todas as crianças gostam e fazem todas as oficinas. Até então ninguém falou: “Ai, não quero fazer oficina! Eu não gosto dessa oficina!”. Só quando tinha a de Arte, aí às vezes não eram tão envolvidos. Agora que mudou pra de Taekwondo eles estão bem mais envolvidos e eles

---

<sup>15</sup> Anexo 01.

gostam bastante. Cada vez está aumentando mais o nosso número de estudantes nessa oficina.

Todas as propostas têm bastante alunos. Não tem como dizer qual é a que mais tem. Todas têm! Mas acredito, assim, que o que eles mais gostam, eles gostam de todas, mas a que eles têm mais prazer em fazer é a de Taekwondo e a Banda (oficina de música).

Eu acredito que nada precisa ser modificado, porque o jeito que tá, tá ótimo. Todas as oficinas já são conforme nós queríamos, então acho que tá bem do jeito que tá. Não vejo nenhuma alteração nesse momento. Talvez, como eu entrei agora né, no final do ano, tem algumas mudanças no próximo ano, mas neste momento, a maneira que está eu não vejo por que alterar. Eu acredito que esse momento que eu entrei nada é possível modificar. Eu até modifiquei algumas coisinhas, mas coisa simples, como o recreio que agora é dividido, 3º e 4º ano e depois o 5º e 6º ano, o refeitório que é dividido igual, esse tipo de coisa, Amanda. Mas esse ano eu não modificaria nada. Eu deixaria exatamente como está, porque eu peguei o barco andando... Fiz algumas trocas também de oficinas, acredito que tenha sido de sucesso, mas eu vou conseguir mostrar o meu trabalho mesmo a partir do ano que vem. Não tem como eu dizer o que que seria modificado, incluído, porque o que tinha para modificar já foi modificado, né?! Colocamos o Taekwondo, alteramos a forma do recreio, a forma do almoço, então acredito que do jeito que tá, tá ótimo.

Pois então, assim eu não tenho muito o que falar sobre pós pandemia porque eu não estava aqui. Estava na escola, mas não como articuladora do Mais Educa. Eu era estagiária da escola. Então não tem como eu dizer aqui no Mais Educa o que modificou, o que teve de diferente após a pandemia, em relação ao Mais Educa eu não consigo te dar uma resposta sobre isso.

Difícil de dizer um perfil, mas todos são crianças vulneráveis. Cada um tem ali o seu perfil. Tem quem foi abusado, fisicamente, psicologicamente ou sexualmente, tem alunos com ansiedade, tem alunos com depressão, tem alunos com Déficit de Atenção, tem aluno com Autismo, então assim, não tem como eu passar geral. Mas assim, não posso dizer também que são crianças de extrema pobreza, por exemplo, porque tem criança ali que tem alguma coisa. Como que eu posso ter a palavra certa... Enfim, tem alguma deficiência

mental, que é o caso, por exemplo, da (aluna 1), (aluno 2), o (aluno 2) tem uma doença, não posso afirmar, mas acho que é TOD o nome e ele é uma criança, que sem medicação, é muito agressiva, muito! Então assim, um perfil não tem como eu traçar, são vários. Cada um tem à sua maneira, é um pouco difícil de passar um único perfil.

São 517 alunos ao total na escola, é uma escola que atende até o 6º ano. No mais educa temos o total de 69 crianças. São 32 meninas, 37 meninos. 12 meninos negros, 7 meninas negras, nenhum indígena ou imigrante por enquanto.

A relação com as famílias é muito positiva. 37 famílias que os filhos estão no Programa estão ativos no Bolsa Família.

Eu gostaria muito e acredito que vai ser possível ano que vem inclusão para as crianças com deficiência também. Gostaria muito e acredito que ano que vem vai ser possível já incluir essas crianças junto, que é um direito de elas estarem conosco no Programa. Acredito que vai ser uma melhoria geral para incluir socialmente e para o funcionamento do Programa, para as crianças ampliarem suas relações entre si.

#### Oficineira de Meio Ambiente

Estou no Programa desde 2019. Eu souicineira voluntária de Educação Ambiental e faço a oficina de Meio Ambiente com eles em algumas escolas. Os alunos gostam sim.

Dependendo da escola são inúmeros desafios, desde pouca área verde para desenvolver atividades de horta ou até falta de recursos financeiros para transporte em saídas de campo ou compra de materiais como pás, enxadas, outros tipos (tintas, equipamentos de proteção, etc.), o desafio varia de acordo com a escola. Acho que podem ser melhorias para os próximos anos, assim como formações ou rodas de conversas entre osicineiros das escolas para melhorar e aproximar os trabalhos, também que haja uma comunicação direta entre os diretores das escolas e o gestor do Mais Educa na SMED, sei que o articulador tem que fazer isso, mas às vezes parece que as informações ficam perdidas, ou dão informações diferentes sobre o mesmo assunto e até encontrarem qual a informação correta a seguir, nós colabores ficamos

perdidos ou ocorrem alguns casos como quando a gestão da escola troca para uma nova gestão que não sabe como funciona o Mais Educa, nem o papel de cada voluntário e oficinairo, pra valorizarem nosso papel na escola isso tem que ser diferente... Os diretores têm que saber o que é o mais educa, porque a gente é importante para a escola, qual nosso papel na educação das crianças. O Gestor do Mais Educa devia se apresentar nas escolas pelo menos uma vez no ano, sei lá, no início do Projeto, lá em fevereiro, antes de começar as oficinas, para se apresentar, se colocar a disposição para os diretores para saberem quem é o Gestor do Mais educa na SMED. E temos problemas de atraso de pagamentos em alguns meses e isso influencia a gestão da escola saber o valor do Programa e ajudar a cobrar que sejamos pagos em dia e mais valorizados.

No meu caso, por ser estrangeira (colombiana), os alunos sentem curiosidade e logo interesse pela atividade proposta. Temos uma boa acolhida entre nós. As atividades são realizadas em equipe onde são incentivadas as falas e as trocas de conhecimento trabalhando a psicoecolgia.

O maior desafio pós pandemia é o estado emocional dos alunos.

Os alunos do programa são crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos, pertencentes a classe meio baixa, filhos de trabalhadores.

No caso da minha oficina a presença é assídua e as faltas geralmente são por causas alheias a escolha do aluno, por exemplo, chuvas torrenciais ou enchentes.

Sou formada em Administração de empresas na Universidad Autonoma de Occidente na Colômbia, e Gestão ambiental na UNISINOS aqui. A SMED realiza cursos, mas são pouco divulgados para os voluntários do programa. Seria bom se a SMED organizasse seminários abertos aos voluntários e estagiários do programa.